



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Luís Miguel da Silva Veloso Costa

**Determinantes dos depósitos a prazo:
estudo de caso para a Caixa de Crédito
Agrícola Mútuo de Vila Verde e Terras de
Bouro**

Relatório de estágio

Mestrado em Economia Monetária Bancária e
Financeira

Trabalho efetuado sob a orientação da

Professor Doutor Carlos Alberto Arriaga Taboleiros
Costa

Outubro de 2018

Declaração

Nome: Luís Miguel da Silva Veloso Costa

Endereço eletrónico: miguelveloso-7@hotmail.com

Título dissertação: Determinantes dos Depósitos a Prazo: Estudo de caso para a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Verde e Terras de Bouro

Orientador: Professor Doutor Carlos Alberto Arriaga Taboleiros Costa

Ano de conclusão: 2018

Designação do Mestrado: Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 30 de Outubro de 2018

Assinatura:

Agradecimentos

Os meus agradecimentos aos meus pais, Domingos Costa e Alexandrina Silva, pelo esforço e dedicação, não só ao longo de 2 anos que frequentei o mestrado, como também, por todo o investimento na minha formação. São sem dúvida os grandes pilares da minha vida e ajudam-me o mais que podem em tudo o que necessito.

Ao meu avô, Lázaro Costa, homem extremamente bondoso e que está sempre com bom humor. À minha avó, Custódia Veloso, mulher de muita força e garra, com uma vivacidade nunca vista. Eles são uma fonte de inspiração para mim por tudo o que representam. Sou um neto babado.

Quero, igualmente, agradecer ao meu irmão, Sérgio Costa por todo o apoio prestado. Ele é sem dúvida um verdadeiro irmão mais velho, sempre preocupado e interessado é uma pessoa muito importante na minha vida e a quem estou inteiramente grato por tudo o que fez por mim.

Um agradecimento especial ao Sr. José Santos e ao Sr. Miguel Pando por acreditarem em mim e arriscarem ao concederem um estágio curricular numa área tão sensível como é o caso da Banca.

Um agradecimento especial ao Sr. Paulo Esteves, à Sr.^a Ana Faria e à Sr.^a Agostinha Cerdeiras por me acolherem no local de estágio pela sua amabilidade e dedicação, no que respeita à transmissão de conhecimentos.

Não poderia deixar, também, de agradecer Professor Doutor Carlos Arriaga, por toda a disponibilidade e dedicação que deteve com todo o processo.

Por último, agradeço a toda a família e amigos que não referi individualmente, mas que mesmo assim me acompanharam em todo o meu percurso académico e fizeram questão de o tornar mais enriquecedor.

Resumo

O presente relatório tem como base o estágio curricular realizado na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Verde e Terras de Bouro e procura identificar os fatores influenciadores dos depósitos a prazo nesta Caixa. Este relatório mostra que, nos últimos anos, o nível dos depósitos a prazo tem vindo a crescer nesta Caixa. Foi feito também, com base nos anos de 2000 a 2017, um estudo econométrico para estimar a influência da poupança bruta das famílias em percentagem do rendimento disponível, da taxa de desemprego, da taxa de crescimento real do PIB, da taxa de imposto e da taxa de inflação nos depósitos a prazo da caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Verde e Terras de Bouro.

Os resultados sugerem que os Depósitos a prazo deste banco têm uma relação negativa com a taxa de inflação, taxa de poupança bruta das famílias em percentagem do rendimento disponível e com a taxa de imposto. Este estudo sugere que a taxa de desemprego tem uma influência positiva nos depósitos a prazo. A incerteza vivida no período de amostra quanto a situação económica e financeira futura leva os agentes económicos a aumentarem o nível de depósitos a prazo.

Palavras-chave: Depósitos a Prazo, Taxa de poupança das famílias; Taxa de inflação; taxa de imposto, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Verde e Terras de Bouro.

Abstract

This report is the result of the curricular traineeship held at the Mutual Agricultural Credit Bank of Vila Verde and Terras de Bouro and seeks to identify some important factors that determine term deposits. This report shows that, in recent years, the level of time deposits has been growing in this branch of the Bank. An econometric study was carried out in the years 2000 to 2017, with the purpose to estimate the influence of household gross savings as a percentage of disposable income, unemployment rate, real GDP growth rate, tax rate and inflation rate in the time deposits of the Mutual Agricultural Credit of Vila Verde and Terras de Bouro.

The results suggest that the term deposits of this bank have a negative relation with the inflation rate, the household's gross saving rate as a percentage of disposable income and with the tax rate. This study also suggests that unemployment rate has a positive influence on time deposits. The uncertainty experienced by the clients in this period regarding the future economic and financial situation leads the economic agents to increase the level of time deposits

Keywords: Time deposits; household gross savings; unemployment rate; real GDP growth; tax rate; inflation; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Verde e Terras de Bouro.

Índice

1. Introdução.....	1
2. Revisão de Literatura.....	3
2.1.1 Contextualização.....	3
2.1.2 Taxa de Crescimento real do PIB.....	6
2.1.3 Taxa de Inflação.....	8
2.1.4 Taxa de Juro.....	9
2.1.5 Taxa de poupança bruta das famílias em percentagem do rendimento disponível ...	10
2.1.6 Concessão Crédito.....	11
2.1.7 Taxa de imposto.....	13
2.1.8 Taxa de Desemprego.....	13
2.1.9 Revisão de Literatura Empírica dos Depósitos a prazo em Portugal.....	14
2.1.10 Outros Fatores explicativos da evolução dos depósitos a prazo.....	15
3. O estágio Curricular.....	17
3.1 Origem do CCAM.....	17
3.2 A atualidade do Grupo Crédito Agrícola.....	18
3.3 Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Verde e Terras de Bouro.....	21
3.4 Funções existentes na Instituição de Crédito.....	23
3.5 Funções desempenhadas na Instituição de Crédito.....	26
4. Metodologia e dados.....	29
4.1 Depósitos da CCAM Vila Verde e Terras de Bouro.....	29
4.2 Descrição das variáveis utilizados no estudo empírico.....	30
4.3 O modelo.....	40
4.5 Estatísticas descritivas.....	43
5. Resultados.....	49
6. Conclusão.....	53
7. Referências.....	55
Anexo.....	59

Índice de Figuras

Figura 1- Distribuição da Poupança em Portugal	4
Figura 2- Distribuição geográfica das agências do Grupo Crédito Agrícola	19
Figura 3- Agência CCAM de Terras de Bouro	21
Figura 4- Evolução dos Depósitos a Prazo do CCAM Vila Verde e Terras de Bouro.....	29
Figura 5- Empréstimos concedidos pela CCAM Vila Verde e Terras de Bouro	31
Figura 6 - Variação da taxa de referência Euribor	33
Figura 7 - Evolução da taxa de inflação em Portugal	34
Figura 8 - Variação da taxa de imposto dos DP	36
Figura 9 - Taxa de Poupança Bruta das Famílias em Portugal em % do rendimento disponível.....	37
Figura 10 - Evolução da taxa de crescimento real do PIB.....	38
Figura 11 - Evolução da taxa de Desemprego em Portugal	40

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Empresas do Grupo Crédito Agrícola.....	20
Tabela 2 - Marcos históricos da CCAM Vila Verde e Terras de Bouro	22
Tabela 3 - Variação da taxa de remuneração dos DP	30
Tabela 4 - Variação da taxa juro ativa	31
Tabela 5 - Origem das variáveis.....	42
Tabela 6 - Estatísticas Descritivas e Sinais Esperados	43
Tabela 7 – Teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov	47
Tabela 8 – Resultados da estimação	49
Tabela A – Correlações de Pearson entre as variáveis dependentes.....	59
Tabela B - Teste de Fator de Inflação da Variância (VIF)	59
Tabela C – Teste de White e este de Breusch-Pagan	60
Tabela D – Teste de reset de Ramsey.....	60

Lista de Abreviaturas

B24h: Balcão 24 horas

BP: Banco de Portugal

CCAM: Grupo Caixa de Crédito Agrícola Mútuo

CIRS: Código do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares.

DO: Depósitos à Ordem

DP: Depósitos a Prazo

EUA: Estados Unidos da América

FGD: Fundo de Garantia de Depósitos

INE: Instituto Nacional de Estatística

IPC: Índice de preços no consumidor

IRS: Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

MF: Margem Financeira

PIB: Produto Interno Bruto

1. Introdução

A evolução dos depósitos a prazo é uma matéria sensível para todo o Sistema bancário. O tema tem excecional importância quando se verificam desequilíbrios macroeconómicos, e os bancos necessitam de financiamento. Segundo o Banco de Portugal (2018) tem-se verificado que o nível de crescimento dos depósitos das famílias em Portugal se tem mantido elevado, provavelmente uma consequência do clima económico vivido, atingindo o seu valor máximo em 2017 (139349 milhões de euros o que corresponde a 72% do PIB).

O presente trabalho tem por base o estágio realizado na Caixa Crédito Agrícola Mútuo de Vila Verde e Terras de Bouro e procura compreender a evolução dos depósitos a prazo nesta caixa e o que poderá ter contribuído para essa evolução. O grupo crédito agrícola faz parte da banca cooperativa, ramo que se tem revelado de grande importância histórica na atividade bancária universal. Este tipo de banca conta com mais de 4.000 bancos a nível europeu, que globalmente respondem a cerca de 76 milhões de clientes e que detêm uma quota de 20% do mercado bancário europeu.

Este ramo da banca oferece algumas especificidades que o distingue de outros ramos do setor bancário. Com efeito, a banca cooperativa prima pela proximidade, trabalha junto das comunidades a nível local e os créditos que são concedidos correspondem, geralmente, a pequenos montantes. Os créditos são concedidos à escala local, nomeadamente, ao comércio local, às famílias e às pequenas empresas. A banca cooperativa europeia era considerada ultrapassada durante o período antecessor à crise norte-americana do “subprime”, porque não tinha como primeiro objetivo a maximização do lucro, sendo por isso, e ao contrário de outros ramos da banca, muito avessa a comercializar produtos financeiros especulativos de alto risco. Porém esta perceção de antiguidade acerca da banca cooperativa europeia era desadequada, uma vez que os bancos cooperativos europeus reagiram com normalidade ao embate das ondas de choque que assaltaram o sistema financeiro mundial após 2008. Com efeito, estes bancos não estão expostos aos mercados internacionais, o mesmo não é possível

de dizer dos bancos de investimento, como foi o caso do Lehman Brothers, ou então da seguradora AIG.

O presente relatório visa contribuir para o debate sobre a evolução dos depósitos a prazo em Portugal e, principalmente para a evolução dos depósitos a prazo na banca cooperativa, como é caso da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Verde e Terras de Bouro. Em que medida os depósitos continuam a ter um papel importante na intermediação bancária? Será que a transformação observada nesta componente importante da intermediação teve igual impacto na banca cooperativa?

A literatura mais antiga que consultei sobre esta temática parece indicar que as crises económicas e financeiras afetam negativamente os depósitos bancários. Todavia, a literatura mais recente mostra que tal pode não acontecer durante e após os períodos das crises, Smith (2011) e Annibal (2012).

O estudo da evolução dos depósitos a prazo exige a combinação de vários instrumentos económico-financeiros, como sejam a taxa de juro dos depósitos a prazo, as taxas de produtos financeiros alternativos (como Bilhetes do Tesouro, Obrigação do Tesouro e planos de poupança reforma), o crescimento económico, a oferta de emprego, a política governamental ou as decisões de consumo. Sendo áreas muito abrangentes da economia torna-se necessário primeiro proceder a uma reflexão de quais variáveis poderão medir melhor a evolução dos depósitos bancários e como operacionalizar essas variáveis.

O presente relatório está organizado da seguinte forma. O capítulo 2 faz a revisão da literatura recolhida sobre esta temática. O capítulo 3 fala do grupo Crédito Agrícola, a sua história e as atividades que foram desenvolvidas no estágio. O capítulo 4 discute a metodologia empírica. No capítulo 5 são apresentados os resultados. Já no capítulo 6 são apresentadas as conclusões deste relatório de estágio.

2. Revisão de Literatura

2.1.1 Contextualização

A revisão bibliográfica consultada confere à poupança um papel primordial na dinâmica da economia através da sua relação com o investimento. Assume-se uma relação causal entre poupança e investimento, ou seja, para que haja fundos para investir em aumento do fator capital, é necessário abdicar do consumo e disponibilizar os fundos no mercado. A evidência desta relação está fundamentada em vários estudos (Attanasio et al. 2000, Holmes 2005), pelo que numa situação de estabilidade económica, a poupança determina a capacidade de um país se financiar para fins de investimento, o que contribuirá para o aumento da produtividade e da taxa de crescimento. A importância da poupança é também importante em contexto de recessão económica, pois ajuda os países a lidarem melhor com os efeitos negativos da crise. Nesta perspetiva, a poupança é vista como condição fundamental ao crescimento económico, por via do investimento.

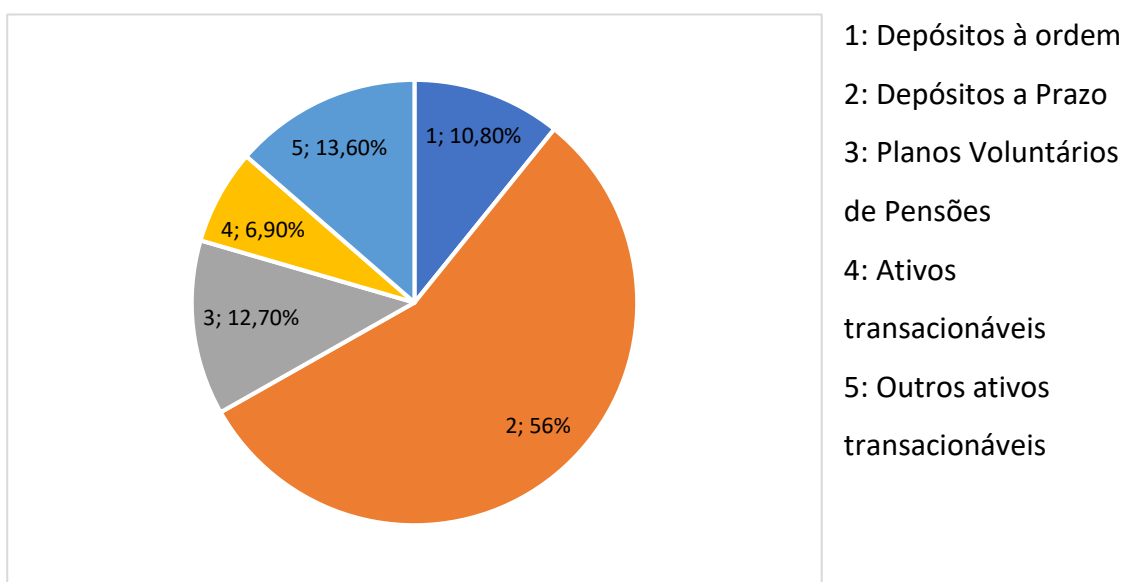
Os depósitos a prazo configuram uma parte importante da poupança de um país, sendo que a relevância do seu estudo se intensifica num período em que as contas nacionais mostram uma tendência de queda contínua da poupança em Portugal.

Na verdade, desde meados da década de 80 que a taxa de poupança das famílias em Portugal tem caído quase ininterruptamente. Atualmente, perto dos de 5% do rendimento Bruto disponível das famílias é retido para efeitos de poupança, número claramente inferior à média de cerca de 20% entre as décadas de 60 e 80, INE (2018)

Segundo o Inquérito à Situação Financeira das Famílias levado a cabo pelo Banco de Portugal (2016), os portugueses estão a poupar cada vez menos. A tendência de queda começou com a entrada de Portugal no euro e só foi interrompida nos anos de crise. E quem poupa são principalmente os mais ricos. Prova disso é o facto de cerca de 80% da poupança em Portugal ser gerada pelos 20% de famílias com rendimentos mais

elevados. A riqueza líquida mediana dos 10% de famílias com maior rendimento era 9,8 vezes superior à riqueza líquida dos 20% com menor rendimento. O mesmo estudo refere que em 2013, (56,0%) do valor dos ativos financeiros correspondia ao valor dos depósitos a prazo. A preponderância do valor dos depósitos a prazo estende-se aos vários grupos socioeconómicos analisados. O peso do valor dos depósitos a prazo era relativamente maior para os agregados em que o indivíduo de referência possui um nível de escolaridade inferior ao secundário. Foi elaborado a figura 1 para expor a forma como é aplicada a poupança em Portugal:

Figura 1 – Distribuição da Poupança em Portugal



Fonte: BP, Elaboração própria

Como podemos verificar no gráfico da Figura 1, os Depósitos bancários são o produto mais utilizado pelos Portugueses no que respeita à colocação da sua poupança (66,8% considerando o conjunto dos depósitos, à ordem e a prazo). O valor dos ativos financeiros repartia-se ainda pelos planos voluntários de pensões (12,7%), ativos transacionáveis (6,9%) e outros ativos transacionáveis (13,6%).

Um depósito consiste numa quantia que um cliente confia a um banco. Este pode ter várias modalidades, que se distinguem pela sua liquidez, condições de movimentação e

objetivo, segundo o Banco de Portugal estão presentes entre outras modalidades, os depósitos à ordem, depósitos com pré-aviso, depósitos a prazo, depósitos a prazo não mobilizáveis antecipadamente, depósitos em regime especial. A principal diferença entre os depósitos a prazo e os depósitos à ordem, reside no facto destes últimos estarem disponíveis a qualquer momento sem haver qualquer tipo de penalização, mas ao contrário dos depósitos a prazo oferecerem remunerações mais baixas. Contudo, existem instituições que permitem a mobilização antecipada dos depósitos a prazo, antes do final do período pré-acordado, dentro de condições estabelecidas pelo banco, havendo normalmente uma penalização sobre o valor dos juros. Habitualmente são pagos periodicamente ou na data do vencimento (Banco de Portugal, 2018).

A remuneração num depósito a prazo tem por base a taxa de juro estabelecida no preçário da instituição bancária, tendo em conta o prazo e o montante da aplicação. As taxas de remuneração variam da instituição de crédito, do montante a aplicar e do prazo contratado. Assim quanto maior for o montante aplicado pelo cliente maior será o seu peso negocial. Nas condições de depósito, está definido o tratamento dos juros, que normalmente são creditados na conta à ordem do investidor, na data de vencimento do depósito. Podendo os juros ser reinvestidos na data de vencimento, constitui-se assim um novo depósito a prazo com o valor inicial mais os juros, havendo uma capitalização dos juros (Leitão, Resende, & Morais, 1996). Os depósitos a prazo não têm qualquer custo direto caso haja encargos estes podem estar associados à conta à ordem que lhes serve de suporte.

O Estado, para garantir a segurança dos depósitos, definiu normas para este fim, e assim, quando se faz um depósito, estabelece-se um contrato entre o cliente e a entidade bancária, que garante o reembolso total do dinheiro aplicado, até ao montante máximo de 100 000 euros por banco e titular (Banco de Portugal, 2018). Para tal exercício, é da competência do BP a supervisão da atividade bancária em Portugal, examinando as contas dos bancos e intervindo em situações onde exista um sério risco de os bancos não reaverem o seu dinheiro.

Assim, em caso de falência de um banco, existem mecanismos que visam a salvaguarda do sistema financeiro, pois numa situação destas pode ter como consequência a proibição do levantamento de qualquer valor monetário. Para evitar tal situação surge o fundo de garantia de depósitos (FGD), presente no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, o FGD é tutelado pelo BP, para garantir que o investidor possa ser reembolsado, até a um valor máximo de 100 000 euros por banco e por titular e inclui juros até à data da indisponibilidade dos depósitos, reparte em partes iguais os reembolsos respeitantes às contas coletivas, sejam elas, conjuntas, solidárias ou mistas. O FGD abrange todos os depósitos em Portugal e fora de Portugal, beneficiando os países da União Europeia (UE) de um sistema semelhante (Fundo de Garantia de Depósitos).

Pretende-se de seguida expor alguns estudos que foram desenvolvidos relativamente aos determinantes dos depósitos a prazo bem como, os principais resultados obtidos.

2.1.2 Taxa de Crescimento real do PIB

O PIB (Produto Interno Bruto) é um indicador que mede o valor dos bens e serviços produzidos por uma economia, num determinado período de tempo e é um dos principais indicadores dessa economia. Esse cálculo requer o registo de sistemático de todas as transações realizadas pelos agentes económicos dessa economia num dado período de tempo (em geral, um ano), tendo em vista a identificação do seu funcionamento e consequente adoção das medidas de política económica. O produto interno dos países, o crescimento do produto agregado e demais variáveis relacionadas com a atividade económica das nações são normalmente consideradas na explicação do comportamento da poupança de um País.

As teorias sobre o consumo sugerem que maiores níveis de rendimento estão associados a um maior nível de poupança. Por norma, os estudos empíricos que relacionam esta relação certificam esta ideia. Loayza et al. (2000) indicam que existe uma relação positiva entre os níveis de rendimento e a poupança agregada. Segundo

um estudo que contou com mais de 150 países no intervalo de 1965-1994, estes autores chegaram à conclusão que à medida que uma economia fica mais rica, a poupança agregada das famílias aumenta. Esta relação de causa efeito entre o normal funcionamento da poupança e o crescimento do PIB verifica-se também pelos estudos de Edwards (1996), e Mapa e Bersales (2006).

Kolasa e Liberda (2014) estudaram o impacto da volatilidade do PIB na poupança das famílias e apuraram que se expectativa superiores taxas de poupança em períodos de crescimento. Todavia, considerando os efeitos das crises no comportamento da poupança, num contexto de recessão, parece existir um efeito contraciclo na evolução da poupança das famílias.

Kim (2010) num estudo efetuado nos Estados Unidos verificou uma subida dos níveis de poupança das famílias, apesar da recessão. Este comportamento das famílias é promovido sobretudo pelo motivo de precaução.

Em situações de crise económica, a evidência de causalidade entre poupança e investimento não é completamente garantida. Num contexto de crise, relacionadas a uma situação de armadilha de liquidez, as taxas de juros descem para valores próximos de zero sem que haja efeitos práticos ao nível do investimento, porque os agentes fazem as suas decisões de investimento mais com base na procura futura estimada do que pela taxa de juro. De acordo com Ramirez (2011) as implicações das crises acabam por afetar negativamente o crescimento dos depósitos bancários. Smith (2011) constatou que a crise internacional resultou num aumento dos depósitos a prazo. O autor comprovou que o nível de confiança dos consumidores influencia a sua poupança, quando os consumidores estão pessimistas em relação à situação económica que enfrentam, tendem a aumentar o seu nível de poupança e adiarem as suas decisões de investimento. Annibal (2012) também encontrou indícios da ocorrência de poupança por precaução, em que as pessoas tendem a aumentar as suas reservas devido a uma maior incerteza sobre seus rendimentos no futuro.

2.1.3 Taxa de Inflação

Vamos agora analisar a política monetária como instrumento determinante na procura de equilíbrio no mercado monetário, respetivamente no agregado monetário que inclui os depósitos a prazo. Podemos definir a política monetária como sendo o controlo da oferta de moeda numa economia, a manutenção do seu poder de compra e o método utilizado pelas autoridades monetárias para estabilizar e controlar os níveis dos preços de forma a garantir liquidez do sistema económico de um Estado.

Na zona Euro, o Eurosistema, constituído pelo BCE e os 19 países aderentes do Euro constituem a autoridade responsável pela definição e pela implementação da política monetária. O seu objetivo primordial é a manutenção da estabilidade de preços, dado que esta contribui para um crescimento sustentável, o bem-estar económico e a criação de emprego. O conselho do BCE definiu que, na procura do objetivo primário da estabilidade de preços, se deve procurar manter a taxa de inflação na Zona Euro num nível inferior, mas próximo de 2% no médio prazo. A inflação é um aumento no nível geral de preços de bens e serviços, e por isso, é um fator macroeconómico indicado pela literatura como decisivo da poupança. Desta forma, as taxas de juro de curto prazo do mercado monetário também precisam estar baixas e equilibradas, sempre em relação à inflação de forma a garantir aquela estabilidade de preços. Pereira (1984) mostrou que a inflação anula ou atenua o efeito da capitalização nos depósitos a prazo, o autor comprovou matematicamente esse efeito. Segundo o autor taxas de inflação elevadas estão associadas a volatilidade e instabilidade na economia, assim é natural que o seu aumento leve os agentes económicos a pouparem mais por motivos de precaução. Porém, a perspetiva de um aumento da taxa de inflação pode despertar o consumo no presente, especialmente de bens duradouros, visto que é expectável que os preços subam no futuro. De salientar também que num ambiente de elevada inflação, os bens duradouros podem ofertar uma forma de proteção mais eficaz contra o aumento dos preços.

Pelgrin e de Serres (2002) verificaram no seu estudo para os países da zona euro, nos

anos 90 uma relação negativa entre a inflação e a taxa total de poupança privada. A expectativa de aumento da taxa de inflação pode alavancar o consumo presente, principalmente de bens duradouros. Feldstein (2010), por sua vez, afirma que a deflação desencoraja os gastos do consumidor. Uma queda continuada e generalizada dos preços, muitas vezes incentiva as pessoas a adiar as decisões de investimento. Em particular, pode desencorajar os consumidores de comprar bens não essenciais, porque existe a expectativa que se pode economizar dinheiro esperando que o nível de preços diminuía no futuro. Portanto, períodos de deflação geralmente conduzem a menores gastos por parte do consumidor e a menor crescimento económico. Por outro lado, quando ocorre deflação verifica-se uma tendência negativa relativamente ao preço de venda, que poderá não assegurar um retorno mínimo aos produtores que perante estas condições desfavoráveis não vão querer realizar negócio e assim, não irão produzir bens e serviços. Portanto, períodos de deflação geralmente conduzem a menores gastos por parte do consumidor, menos investimento e menor crescimento económico.

Kukk e Staehr (2015), porém, no seu estudo para 10 países da Europa Central identificam uma relação positiva entre inflação e o nível de poupança nacional. Esta relação positiva é também referenciada por Chowdhury (2004) que justifica esta dinâmica com o facto de o nível de inflação ser um indicador de incerteza macroeconómica.

2.1.4 Taxa de Juro

Já identifiquei anteriormente que, para os países que aderiram ao Euro, o Conselho do BCE definiu que a taxa de inflação desta zona económica deve manter-se num nível inferior de 2% no médio prazo, para poder ser assegurado o objetivo primário da estabilidade de preços. Assim, para que as taxas de juro de curto prazo do mercado monetário estejam baixas e equilibradas, sempre em relação com a inflação e para garantir estabilidade de preços, a estrutura operacional do Eurosystema fornece um conjunto específico de instrumentos para realização das operações de política monetária, como é o caso das operações de mercado aberto e das facilidades permanentes. As facilidades permanentes, disponibilizadas pelo BCE abrangem o

fornecimento e absorção de liquidez de um dia para o outro (overnight), e limitam o intervalo de variação das taxas de juro de um dia para outro (overnight). Estas operações desempenham um papel importante na orientação das taxas de juro, na gestão da situação de liquidez e na situação da postura política monetária. A Euribor e a Libor funcionam então como instrumentos monetários de referência por serem indexantes associados à cedência de fundos nas operações a retalho que os intermediários Financeiros realizam no seu dia-a-dia com os seus clientes. Estas taxas têm origem nas taxas de juro do mercado monetário de cada País ou Zona Económica e servem posteriormente como taxa de referência para a remuneração dos Depósitos a prazo.

Callen e Thimann (1997), num estudo levado a cabo com dados em painel de 27 países da OCDE, não encontram uma importância significativa da taxa de juro real na poupança das famílias. Contrariamente, Cohn e Kolluri (2003) num estudo compreendido entre 1975 e 1995 para 21 países da OCDE comprovaram que subidas na taxa de juro real têm impacto positivo na poupança. Por sua vez, Smith (2011) concluiu que uma variação da taxa de juro de depósito a prazo das famílias implica uma variação no mesmo sentido dos depósitos das famílias, ou seja, que o coeficiente de correlação tenha sinal positivo. Segundo o autor, um aumento da taxa de juro pode significar um aumento da quantidade de consumo futuro abdicando por sua vez de consumo presente. Perante um aumento da taxa de juro, o preço do consumo futuro, avaliado em unidades de consumo presente, diminui, o que estimula os agentes a consumir menos no presente e a poupar mais. Em Portugal, um estudo empírico realizado Trindade (2014) encontrou evidência de haver uma relação positiva entre a taxa de juro e os depósitos a prazo das famílias em Portugal.

2.1.5 Taxa de poupança bruta das famílias em percentagem do rendimento disponível

Na perspetiva do rendimento, a poupança bruta das famílias é a parte do rendimento disponível que não é canalizada para consumo. A poupança é imprescindível para uma evolução positiva dos depósitos a prazo, portanto, é expetável que se verifique uma

relação positiva entre as duas variáveis. Espera-se, também que a relação entre o nível de poupança bruta das famílias em percentagem do rendimento disponível e os DP variem no mesmo sentido, isto é, que o coeficiente de correlação seja positivo.

Trindade (2014) encontrou também uma relação positiva entre o nível de poupança bruta das famílias em percentagem do rendimento disponível e os DP das famílias em Portugal. Segundo o seu estudo, em média e mantendo tudo o resto constante, quando a taxa de poupança bruta das famílias em % do rendimento disponível aumenta um por cento, é estimado aumentarem os DP das famílias cerca de 0.046 mil milhões de euros em Portugal.

2.1.6 Concessão Crédito

No sistema financeiro, são as instituições financeiras que asseguram a canalização do excesso de recursos (poupança) de determinado agente económico, como é o caso das famílias e empresas para que este possa ser colocado à disposição de outros agentes económicos que deles necessitem para realizarem investimento. Estas instituições asseguram um papel de intermediação entre os agentes económicos que, num dado momento, se podem assumir como aforradores e, noutros momentos, como investidores. Sem este papel, a capacidade de investir dos particulares e das empresas ficaria muito limitada.

Os bancos oferecem diversificadas aplicações financeiras, como é o caso das contas poupança, e dos depósitos a prazo, entre outras aplicações. Cada um destes instrumentos possui características diferentes adequadas aos diferentes perfis de cliente. Com efeito, os bancos aumentam o seu passivo quando arrecadam recursos junto dos indivíduos e empresas, por via das aplicações referidas anteriormente, pois terão lhes remunerar pagando juros a uma determinada taxa.

Pelo contrário, no sistema bancário o ativo, prende-se na colocação de dinheiro no mercado. O banco concede crédito, seja ele crédito pessoal, crédito à habitação, ou

crédito a empresas para financiamento dos seus projetos de investimento. Esta atividade traduz-se em rendimento para o banco, consoante a sua margem financeira. A margem financeira é a base do lucro das instituições de crédito. O montante gerado da concessão de crédito servirá para pagar os juros dos depósitos (taxa de juro passiva) e para outros custos como o salário dos trabalhadores bancários, os custos de manutenção dos sistemas informáticos e os custos referentes ao espaço físico onde a atividade bancária opera.

Beck et al. (2014) mostram que o grau de dificuldade de acesso ao financiamento varia conforme o ciclo económico. Se o ciclo económico for de recessão, a concessão de empréstimos diminui, pelo que neste ciclo a relação banco-empresa influenciará a concessão de empréstimos, como aconteceu em Portugal durante o período de crise, principalmente para as PME(s). Se o período económico for expansivo, as restrições tendem a ser historicamente menos rígidas e, por consequente, existe maior concessão de crédito. Hass e Lelyveld (2010) obtiveram a mesma conclusão, referindo no seu estudo que os empréstimos bancários são afetados pela situação macroeconómica do país ou zona económica. Por outro lado, Frömmel e Schmidt (2006) examinaram a dinâmica dos empréstimos bancários ao setor privado para os países da área do euro, aplicando um modelo de correção de erros de mudança de Markov. Identificaram o tipo de empréstimos para a Bélgica, Alemanha, Irlanda e Portugal e verificaram que o capital dos bancos parece ter um impacto positivo, ainda que marginal no comportamento dos empréstimos.

Prior (2012), analisou a concessão de crédito em Portugal entre o período compreendido entre 2007 e 2012. A metodologia utilizada pelo autor foi a de dados em Painel ou dados longitudinais. O autor verificou que o ativo total da instituição, assim como o produto interno bruto, a margem das taxas de juro e os depósitos bancários, se apresentam significativos na oferta de crédito, sendo o seu comportamento na mesma direção da variável dependente.

2.1.7 Taxa de imposto

Entramos agora no âmbito da política fiscal, como atividade específica dos Estados relacionada com a obtenção dos impostos, e, como tal, interligada com a política orçamental. Tipicamente, existem os impostos diretos e os indiretos. Os indiretos incidem diretamente sobre o preço dos bens e serviços como é caso do Imposto Selo (IS) e do imposto sobre o valor acrescentado (IVA). Os diretos incidem diretamente sobre o agente pagador do imposto como é caso do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS). O artigo 71 do código do IRS, diz que atualmente os juros obtidos com a aplicação em depósitos a prazo estão sujeitos a uma taxa liberatória de 28%. Isto significa que os investidores quando recebem os juros nas suas contas, eles já estão líquidos de imposto, porque a instituição de crédito retirou o valor do imposto antes de depositar o rendimento nas contas dos clientes.

Annibal (2012) no seu estudo no Brasil para o período de Março de 2003 e novembro de 2011, sobre os fatores que afetam os depósitos a prazo, concluiu que o aumento da taxa de imposto reduz a subscrição de depósitos a prazo.

2.1.8 Taxa de Desemprego

Parece-me também importante destacar a relevância da taxa de desemprego no comportamento de depósitos a prazo de um banco. A nível macroeconómico, e considerando um clima de incerteza, taxas de desemprego elevadas sugerem uma maior poupança das famílias e das empresas, evitando as famílias fazerem maiores despesas e as empresas adiam as suas decisões de investimento. A literatura evidencia que a taxa de poupança aumenta em resposta à subida na taxa de no curto-prazo. Mas, a perseverança do desemprego também surge com variável explicativa importante e, perante níveis elevados de desemprego de longa duração, as famílias deixam de ter rendimento disponível suficiente para poupar depois de despenderem o necessário para o consumo em bens básicos. Cohn e Kolluri (2003) concluíram que a taxa de desemprego tem um papel significativo na explicação da poupança, sendo expectável uma relação

negativa entre as duas variáveis. Os autores concluem, que o impacto da queda do rendimento se sobrepõe ao efeito positivo que é proporcionado pela poupança gerada por precaução. Num outro estudo sobre os determinantes da poupança das famílias nos EUA, Kim (2010) concluiu que o um aumento da taxa de desemprego tem uma relação positiva com a taxa de poupança.

Com efeito, Mody et al. (2012) encontraram evidência empírica numa associação positiva entre taxa de desemprego e taxa de poupança das famílias.

Smith (2011) constatou que a taxa de desemprego funciona como indicador da instabilidade económica e em situações de recessão, o seu aumento pode levar a que se assista a um aumento circunstancial da taxa de poupança associado ao aumento do desemprego. Trindade (2014) encontrou uma relação positiva entre a taxa de desemprego e os depósitos a prazo das famílias portuguesas, em média e mantendo tudo o resto constante; quando a taxa aumenta um por cento, os DP aumentam em cerca de 0.056 mil milhões de euros.

Os estudos consultados sugerem que o aumento da taxa de desemprego afeta positivamente o crescimento dos depósitos bancários. Na minha opinião esta situação beneficia do contributo do Fundo de Garantia de Depósitos que em caso de insolvência da instituição de crédito, os seus depósitos serão reembolsados até ao limite de 100 000 euros por depositante e instituição de crédito. Esta tranquilidade contribui decisivamente para o reforço da confiança dos depositantes e, por essa via, para a salvaguarda da estabilidade do sistema bancário nacional e europeu.

2.1.9 Revisão de Literatura Empírica dos Depósitos a prazo em Portugal

Os trabalhos que incidem sobre os depósitos a prazo em Portugal escasseiam. Porém, a pesquisa que encontrei fornece dados relevantes sobre as variáveis explicativas dos mesmos. Trindade (2014), investigou a evolução dos depósitos a prazo das famílias em Portugal. O estudo, com base nos dados de 1990 a 2013, relaciona o impacto de alguns

agregados macroeconómicos no crescimento dos depósitos das famílias, referindo a taxa de juro de depósito a prazo das famílias, a poupança bruta das famílias em percentagem do rendimento disponível e a taxa de desemprego. O resultado mostra um impacto significativo. Um aumento na remuneração de depósitos das famílias, na proporção de poupança no rendimento disponível e da taxa de desemprego contribuem para o aumento de depósitos das famílias.

2.1.10 Outros Fatores explicativos da evolução dos depósitos a prazo

A literatura identifica ainda um conjunto extenso de variáveis adicionais que poderão influenciar os depósitos a prazo.

Solmon (1975), refere que os níveis de educação podem também possuir um poder explicativo no comportamento da poupança das famílias. As famílias cujos níveis de educação são mais elevados têm uma preferência de consumo de curto-prazo menor e, logo, uma maior propensão a poupar. A composição do agregado familiar e o número de elementos são também importantes para explicar as variações na poupança das famílias. Utilizando uma amostra representativa de indivíduos e famílias norte-americanas, Lawrence (1991) e Engen (1993) verificaram a existência de uma relação negativa entre a dimensão dos agregados familiares e os níveis de poupança das mesmas.

A literatura concede também à localização geográfica dos agregados um impacto significativo nas escolhas de poupança. Segundo Loayza *et al.* (2000), as áreas rurais oferecem menos oportunidades de consumo do que as áreas urbanas, e esse facto é relevante nas escolhas dos agentes económicos. Com efeito, segundo Qian (1988), as zonas rurais, devido ao seu contexto económico e social, são genericamente mais propensas à poupança. As razões mais claras são a maior instabilidade do rendimento, visto que a atividade económica, baseada no setor primário, é mais afetada por fatores externos e o acesso a financiamento e a bens de consumo é mais limitada. Segundo Sandoval-Hernández (2013) as famílias residentes em áreas rurais poupam mais do que

nas áreas urbanas também pelo facto de que o risco de rendimento ser menos diversificável nas primeiras.

Klopocka (2013), no seu estudo na Polónia entre 1997-2010 elaborou uma regressão para testar a influência do índice de confiança do consumidor na taxa de poupança do País. Os resultados indicam que uma mudança no índice de confiança do consumidor para o positivo tem um impacto negativo na taxa de poupança.

Por outro lado, as teorias recentes da decisão económica apontam para as mesmas serem efetuadas num ambiente de incerteza, pelo que, pelo que a procura de produtos de menor ou de maior risco deverão igualmente ser considerados, como é caso dos Bilhetes de Tesouro, Papel Comercial, Obrigações, Obrigações do Tesouro, Fundos de Investimento (com perfil conservador), Fundos de Pensões e Seguros de Capitalização.

3. O estágio curricular

3.1 Origem do CCAM

A raiz das CCAM situa-se nas Santas Casas da Misericórdia, criadas em 1498 pela mão da Rainha D. Leonor, fazendo o primeiro empréstimo a agricultores em 1778, por parte da Misericórdia de Lisboa (Crédito Agrícola, 2018).

Após a instauração da República, foi aprovado em 1911 um decreto (com força de lei) que institui o Crédito Agrícola, e segundo o qual as CCAM só poderiam funcionar se tivessem anexas a um sindicato agrícola. As CCAM revelaram-se fundamentais pois praticamente metade da população tinha como atividade principal o sector primário permitindo às CCAM serem um motor de desenvolvimento e de organização local do sector (Crédito Agrícola, 2018).

A primeira Caixa desta região foi fundada a 12 de agosto de 1915 no concelho de Monção. A partir de 1929 o Crédito Agrícola ficou sob alçada da Caixa Nacional de Crédito, anexa à Caixa Geral de Depósitos (CGD), Crédito e Previdência (Crédito Agrícola, 2018).

Após a revolução de 1974, todas as instituições financeiras privadas foram nacionalizadas, com exceção do Crédito Agrícola e das instituições financeiras não-portuguesas. Com o 25 de Abril resultou a criação, em 1978, da Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo - FENACAM - com a função de apoiar e representar, nacional e internacionalmente, as suas Associadas. A FENACAM conseguiu rever o decreto que já tinha mais de 60 anos, e assim as CCAM deixaram de estar sujeitas à tutela da CGD, em 1982, ficando prevista a constituição de uma Caixa Central com o objetivo de regular a atividade creditícia das Caixas suas associadas, em 1984, foi também atribuído mais tarde, em 1991, à Caixa Central a missão de supervisão, orientação e representação financeira do SICAM (incluindo as Caixas e a própria Caixa Central), a Caixa Central amplia a sua atividade (banco universal) e investe noutros

negócios (além de banca de retalho) para prestar um serviço financeiro global, a partir de 1994 (Credito Agrícola, 2018).

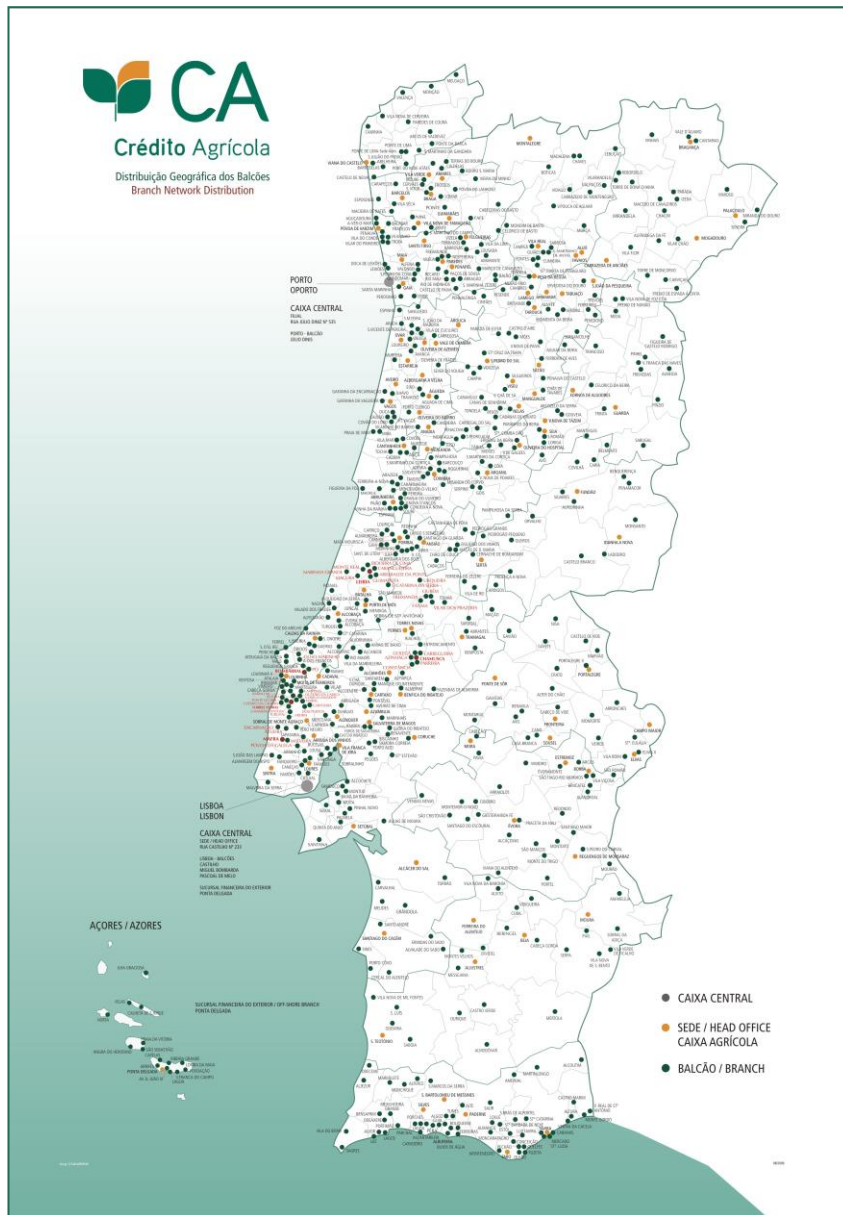
3.2 A atualidade do Grupo Crédito Agrícola

As CCAM são, na sua forma jurídica, instituições de crédito sob a forma de “Cooperativa de Responsabilidade Limitada” (C.R.L.), suportando a ideia de que a atividade creditícia se destina a apoiar os seus associados.

O SICAM é o conjunto formado pela Caixa Central e pelas Caixas Agrícolas associadas. A sua formação pretende conferir maior autonomia ao Crédito Agrícola, através do reforço da solidariedade entre caixas, o que, além de aumentar a solvabilidade do conjunto graças à corresponsabilidade mútua, possibilita também melhorias na prestação de serviços aos clientes.

Atualmente o Grupo CA conta com 82 Caixas de Crédito Agrícola, 656 Agências, mais de 400 mil associados e 1.200.000 clientes, assumindo-se por isso um dos principais grupos portugueses a nível bancário. O Crédito Agrícola vê oportunidades onde a outra banca de retalho encontra maiores dificuldades e por isso, como a figura 2 mostra está localizado principalmente em zonas rurais e com fraca densidade populacional, o que faz com que tenha um relacionamento muito próximo com as comunidades locais bem como o tecido empresarial das regiões.

Figura 2: Distribuição geográfica das agências do Grupo Crédito Agrícola



Fonte: Manual de acolhimento e integração CCAM Vila Verde e Terras de Bouro

Em 2011, o Grupo Crédito Agrícola comemorou o seu Centenário com um conjunto de iniciativas de âmbito nacional que marcaram a viragem para um novo século. Atualmente, o Grupo Crédito Agrícola integra ainda um conjunto de empresas distribuídas pelas áreas de Banca, Seguros, e dos Sistemas de Informação, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1 – Empresas do Grupo Crédito Agrícola

Empresa	Função
CA Informática	Empresa responsável por racionalizar a utilização das infraestruturas sobretudo tecnológicas prestando, entre outros, serviços de gestão de ativos tecnológicos.
CA Serviços	Empresa responsável pela eficácia e eficiência na prestação de serviços partilhados pelas Caixas Associadas (como é o caso da Linha Direta, Online Particulares e Empresas e Balcão 24).
CASeguros	Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A., tem por objetivo servir os Clientes do Crédito Agrícola com seguros de Ramos Reais, fornecendo soluções para os problemas de segurança e proteção.
CA Vida	Companhia de Seguros, S.A., tem por objetivo o exercício da atividade de Seguros do ramo Vida, tendo iniciado a sua atividade em 1999.

Fonte: Manual acolhimento e integração do CCAM Vila Verde e Terras de Bouro, Elaboração própria

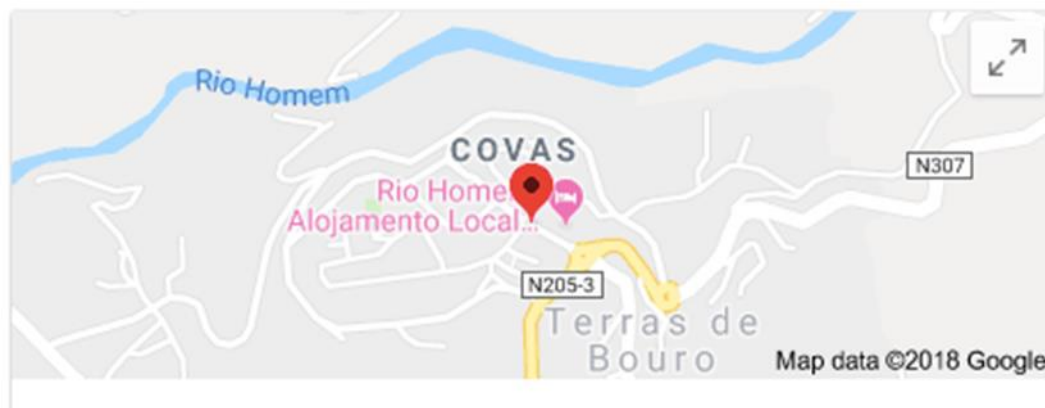
O Crédito Agrícola é um grupo financeiro com base cooperativa que visa oferecer as melhores soluções aos clientes, ajustadas às suas expectativas e necessidades, sendo para isso fundamental um conhecimento profundo da realidade das várias regiões onde atua, algo em que o grupo se assume como único. Deste modo, valores como solidez, proximidade, confiança e modernidade, bem como soluções, produtos e serviços capazes de satisfazer as necessidades financeiras e expectativas das famílias, negócios e empresas, estão na base do sucesso da relação de privilegiada entre a instituição financeira e os clientes. O grupo Crédito Agrícola está presente a nível internacional através dos escritórios de representação em Genebra, Paris e Luxemburgo. Para além dos escritórios de representação o grupo tem uma sucursal e uma filial de gestão de ativos em Cabo Verde.

3.3 Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Verde e Terras de Bouro

O estágio curricular teve a duração de 6 meses, e tinha como um dos objetivos principais, aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do primeiro ano de curso. Esse estágio decorreu na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) de Vila Verde e Terras de Bouro, com sede social e administrativa na Praça 5 de Outubro 81, 4730-180 Vila Verde.

O estágio decorreu na agência de Terras de Bouro entre o dia 18 de setembro de 2017 e 16 de março de 2018, situada avenida Dr. Paulo Marcelino na Vila de Terras de Bouro, como se verifica na figura 3.

Figura 3- Agência CCAM de Terras de Bouro



Fonte: Google Maps

A CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro é uma instituição financeira fundada 30 de junho de 1933, sob a forma de cooperativa agrícola de responsabilidade limitada, cuja finalidade primordial consistia em apoiar e relançar o setor agrícola da região, contando ao longo da sua história com sucessivas aberturas de novos balcões assim como um processo de fusão. Desta forma, a Tabela 2 pretende precisamente identificar os principais marcos na história desta CCAM.

Tabela 2 – Marcos históricos da CCAM Vila Verde e Terras de Bouro

ANO	MARCOS HISTÓRICOS
1933	Fundada a Caixa Agrícola de Vila Verde no dia 30 de junho
1933	Outubro, primeiro mês de atividade
1992	Construção da atual sede iniciando-se assim, uma outra dinâmica, melhorando significativamente as condições de trabalho e de atendimento
1993	Processo de fusão por incorporação da CCAM de Terras de Bouro, dando origem à atual CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro, CRL, passando a abranger dois concelhos
1998	Abertura (3ª agência) – Portela do Vade
2004	Abertura (4ª agência) – Moure
2006	Abertura (5ª agência) – Cervães
2008	Abertura (6ª agência) – Rio Caldo

2012	Abertura (7ª agência) – Vila de Prado
2012	Decisão da certificação da CCAM na Qualidade, o que traduz uma aposta clara na inovação e na melhoria continua

Fonte: Manual de acolhimento e integração CCAM Vila Verde e Terras de Bouro, Elaboração própria

3.4 Funções existentes na Instituição de Crédito

Considerando as tarefas que realizei no estágio parece-me que o mesmo foi de elevada importância para compreender a realidade do mundo de trabalho e fortalecer conhecimentos nas áreas da banca e seguradora.

Dentro da CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro existem várias funções tendo cada funcionário algumas das funções abaixo retratadas, com as quais lidamos de perto com as mesmas percebendo a importância de cada uma.

a) Gestor de clientes Particulares

Este gestor tem essencialmente o trabalho de captar, acompanhar, gerir e desenvolver uma carteira de clientes particulares. Verificando diariamente, as campanhas em que o cliente está inserido, a situação financeira, e os incumprimentos, entre outros assuntos que considere relevantes, isto tudo com o auxílio de mapas (bancários).

A nível de oferta de crédito, o banco tem para oferecer os seguintes produtos:

- Crédito habitação;
- Crédito ao consumo;
- Solução automóvel.

Para além dos créditos, tem ainda para oferecer produtos relacionados com as poupanças ou investimentos:

- Contas poupança;
- Depósitos a prazo;
- Fundos de Investimento;
- Seguros de Capitalização;
- Fundos de Pensões;

Os clientes bancários têm acesso a contas de depósitos à ordem, que se subdividem por:

- Conta 1,2,3
- Conta BeFree
- Conta Super jovem;
- Conta à Ordem
- Conta Completa;
- Conta Gestão;
- Conta Especial Emigrante;
- Conta Serviços Mínimos Bancários;
- Conta Base

Podendo estas serem individuais, ou coletivas solidárias, mistas ou conjuntas.

Através da abertura de conta, o cliente pode ou não ter acesso a dois tipos de cartão: o cartão de débito (Multibanco) e o cartão de crédito. Havendo também a possibilidade de movimentarem a conta através da caderneta, no B24h.

O gestor de clientes também pode oferecer seguros quer do ramo vida, quer do ramo não vida, como por exemplo seguro automóvel ou habitação.

Percebe-se assim que um gestor de clientes particulares tem a função de perceber quais as necessidades dos seus clientes e vender os produtos consoante as suas características

e as necessidades dos mesmos, sendo este gestor multifacetado e com várias tarefas.

b) Gestor de clientes de empresas

A função dos gestores de empresas passa por gerir os créditos, a conta corrente caucionada (CCC) que as empresas necessitam, e também acompanhar a empresa em tudo o que ela necessita, desde seguros, contas, cheques ou cartões. Para além disso, os gestores têm que realizar visitas constantes às empresas para apresentar novas propostas de crédito, por exemplo, e para estarem atualizados quanto à gestão da empresa.

c) Tesoureiro

O tesoureiro é responsável pelo controlo das caixas automáticas de multibanco (ATM) e B24H, pelo seu carregamento, gestão e manutenção e também pelo controlo dos depósitos e levantamentos, quer em numerário ou cheque, realizados ao balcão.

É importante o funcionamento correto das caixas automáticas e estas devem estar devidamente abastecidas para que os clientes possam efetuar as suas operações de uma forma rápida e eficaz, evitando as taxas pagas ao balcão, embora estas taxas possam ser contornadas, isentadas, de várias maneiras.

Nos depósitos em numerário, o tesoureiro é obrigado a identificar o cliente e o número da respetiva conta, de seguida contabilizar e verificar a veracidade do numerário.

Os cheques são instrumentos que permitem movimentar fundos que se encontram à disposição dos titulares ou dos seus representantes em contas de depósito abertas nas instituições financeiras. Um cheque é um título de crédito, que tem de conter a palavra “cheque”, a quantia a pagar, o nome do banco sacado, o lugar do pagamento (não é obrigatório), a data e lugar (não é obrigatório) onde foi emitido, e a assinatura do sacador. Existindo vários tipos de cheques, tais como: cheques à ordem e não à ordem,

cheque visado, cheque ao portador, cheque cruzado e cheque bancário.

Ainda existem os depósitos mistos, que em simultâneo o cliente entrega ao tesoureiro numerário e cheques. O tesoureiro tem também a função de realizar mobilizações da conta a prazo ou poupança para a conta à ordem, caso os clientes pretendam, como também a realização de levantamentos quer em dinheiro ou cheque.

Em caso de levantamento, o tesoureiro tem que verificar se o cliente é titular da conta pedindo a identificação deste e verificando as regras de movimentação, pois estas podem obrigar a que esteja presente mais do que um titular, em caso afirmativo poderá proceder ao levantamento e assinar o talão de levantamento, consoante a assinatura presente na conta.

3.5 Funções desempenhadas na Instituição de Crédito

O estágio teve ainda como objetivo desenvolver competências relacionais e de grupo, como a capacidade de diálogo, a apresentação e a postura, a colaboração, a disponibilidade e espírito de ajuda, o desenvolvimento motivacional, como a organização e o método, o ritmo de trabalho, a assiduidade e pontualidade, o desenvolvimento de competências operacionais, onde o estagiário deve aprender a utilizar e consultar o CAIS, Manual de Procedimentos e Solução Central, e por último o conhecimento das normas de segurança e de sigilo bancário.

Durante o estágio, desenvolveram-se várias tarefas com vista a integração, numa primeira fase lendo o Manual de Procedimentos, que ajudou a perceber o funcionamento da IC, e a compreender os vários programas informáticos existentes. Depois desta fase de adaptação, foram realizadas tarefas tais como atendimento telefónico, digitalização/arquivo de documentos, atualização de base de dados de clientes, receção e encaminhamento de correio, apoio aos clientes na utilização de B24H e ATM.

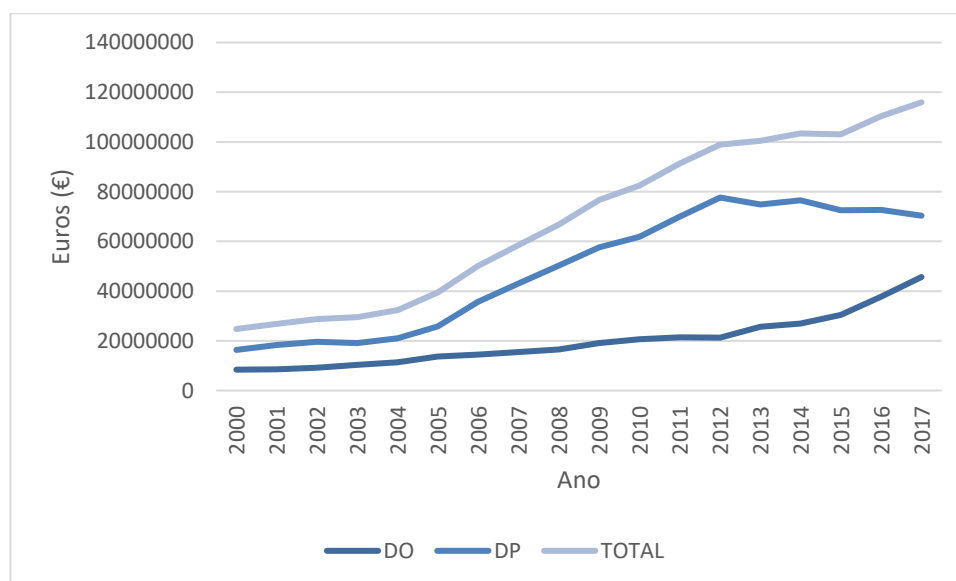
Nas últimas semanas, foram realizadas funções de remessa de cartões capturados, fecho do B24H e ATM com carregamento, contagem de moedas, recirculação de numerário, apoio na preparação de remessas Prossegur, presenciar as simulações de seguros e aberturas de clientes e contas.

4. Metodologia e dados

4.1 Depósitos da CCAM Vila Verde e Terras de Bouro

Os depósitos a ordem (DO) distinguem-se dos depósitos a prazo (DP) pelas condições de mobilização dos fundos. Na CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro o volume de depósitos de clientes cifrou-se a 116.058.770 € no exercício de 2017, valor claramente superior ao contabilizado no ano transato, quando a rúbrica se situava em 110.387.616 €, o que resulta numa variação positiva de 5,14%. A figura 4 demonstra a evolução dos DO e dos DP, desde o ano 2000 até 2017.

Figura 4 – Evolução dos Depósitos a Prazo do CCAM Vila Verde e Terras de Bouro



Fonte: Relatório de contas de 2017 da CCAM Vila Verde e Terras de Bouro, Elaboração Própria

A variação ocorrida pode ser justificada pela instabilidade vivida no sistema financeiro, tendo o Crédito Agrícola servido de “banco de refúgio” devido á reputação de solidez financeira que detém. O banco está presente nos ambientes mais rurais e tenta ter que colaboradores residam no meio. Esta estratégia tem duas grandes vantagens, a primeira encontrar-se no facto de os colaboradores conhecerem o meio económico envolvente

e a segunda tem a ver com o ponto de vista de solidez e confiança transmitido aos clientes. Perante esta estratégia, os clientes ao conhecerem os colaboradores do Banco irão sentir uma maior confiança na instituição.

O relatório de conta do CCAM revela também que a rubrica depósitos a prazo registou uma diminuição no último ano da amostra (2017). Consultando a tabela 3 é possível reconhecer ou pelo menos colocar a hipótese de que a descida poderá ser fruto da diminuição da taxa de remuneração média de dos DP.

Tabela 3- Variação da taxa de remuneração dos DP

31-12-2016	31-12-2017	Variação
0.49%	0.10%	-0.39%

Fonte: Relatório de contas de 2017 da CCAM Vila Verde e Terras de Bouro, Elaboração própria

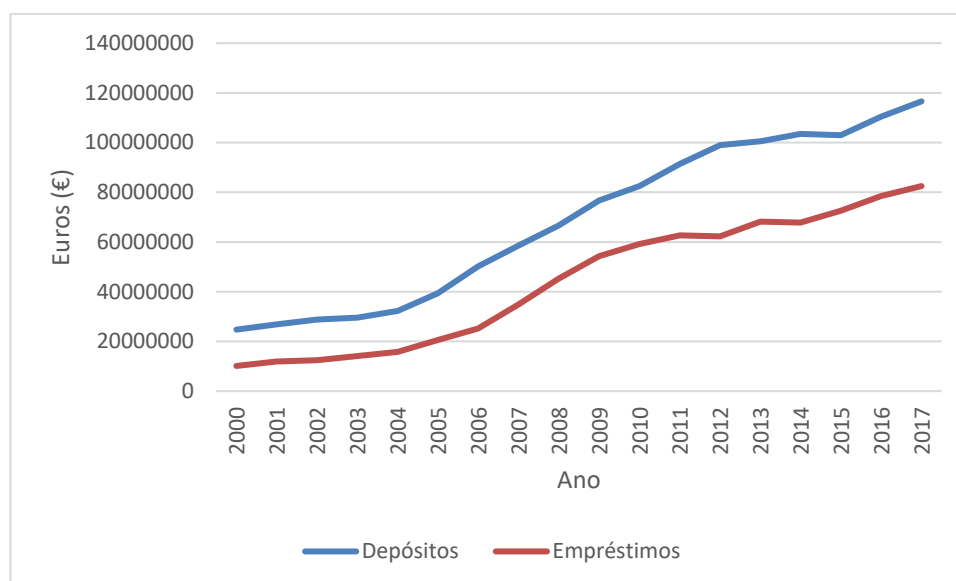
Segundo os dados oficiais a taxa de juro passiva média passou de 0.49% em 2016 para 0.10% em 2017, sendo assim reduzida em 0,39%.

4.2 Descrição das variáveis utilizadas no estudo empírico

4.2.1 Empréstimos Concedidos

A variável crédito concedido é a única variável interna específica à caixa estudada no modelo, registou um crescimento superior a 4 milhões de euros, permitindo alcançar uma variação positiva de 5,10% no ano de 2017. Uma variação homóloga muito próxima da variação dos depósitos, aliás, a relação paralela entre estas duas variáveis tem se verificado nos últimos anos, assim como é possível observar na figura 5.

Figura 5 – Valor da rúbrica empréstimos concedidos na CCAM Vila Verde e Terras de Bouro



Fonte: Relatório de contas de 2017 da CCAM Vila Verde e Terras de Bouro, Elaboração Própria

As fortes reduções das taxas diretoras originaram uma diminuição significativa na taxa média do crédito em situação regular. Apesar da relevância da redução foi possível salvaguardar a margem financeira recorrendo a uma rigorosa política de negociação de taxas. Como referido anteriormente, foram reduzidas as taxas de depósitos a prazo; adicionalmente foi acordada uma negociação das taxas das novas operações de crédito. A tabela 4 ilustra a variação da taxa de juro ativa.

Tabela 4 – Variação da taxa juro ativa

31-12-2016	31-12-2017	Variação
2.84%	2.66%	-0.18%

Fonte: Relatório de contas de 2017 da CCAM Vila Verde e Terras de Bouro, Elaboração própria

A taxa média de crédito em situação regular também decresceu 0.18%, passando de

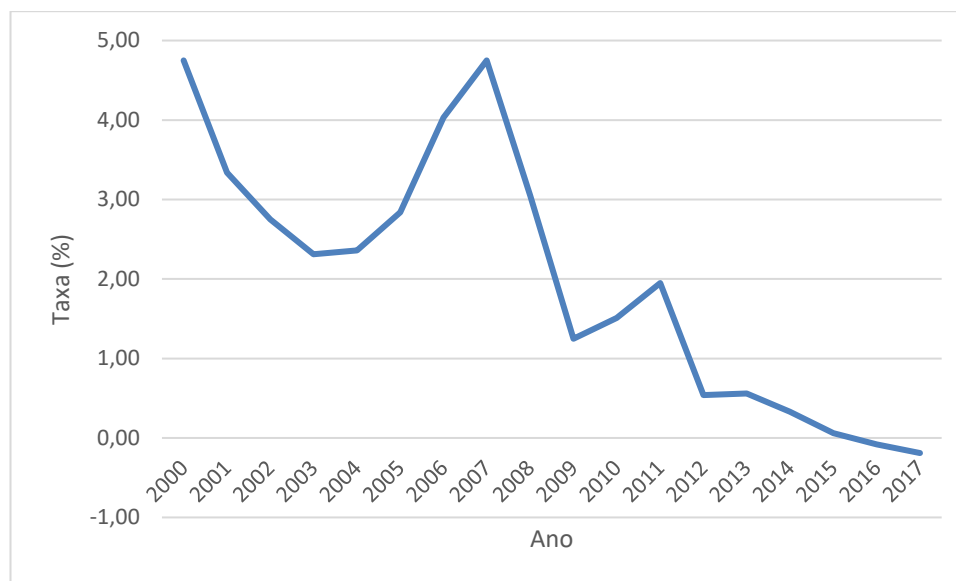
2.84% para 2.66%, contudo, com a variação da taxa de juro passiva (0.39%) e da taxa de juro ativa, foi benéfica para o banco. Consultando a demonstração de resultados, é possível verificar que o valor da margem financeira desta caixa aumentou 20274,54€, passando de 2368749,22€ em 31 de dezembro de 2016 para 2389023,76€ no último dia de 2017.

4.2.2 Taxa de Referência Euribor

Ao longo da revisão da literatura, os artigos relevantes estudados têm comprovado a associação entre a evolução da taxa de juro e o volume de DP. A Euribor, como foi tratado no Grupo 2, tem origem nas taxas de juro do mercado monetário de cada País ou Zona Económica e servem posteriormente como taxa de referência para a remuneração do DP.

Os créditos efetuados no banco têm um spread fixo, que resulta em lucro do banco e estão também indexados a uma taxa Euribor. A taxa final é a soma do spread mais a taxa Euribor. A MF resulta da diferença dos juros pagos e recebidos está associada diretamente com a variação da taxa Euribor, ou seja, quando a taxa Euribor está elevada poderá ser vantajoso para o banco pois este paga juros elevados nos depósitos, mas em compensação recebe juros ainda mais elevados nos empréstimos. A figura 6 mostra a variação da taxa de referência Euribor a um ano.

Figura 6 – Variação da taxa de referência Euribor



Fonte: INE, Elaboração Própria

No mercado monetário, a Euribor a 1 ano desceu durante o ano de 2017, fechando o ano em -0,186%. Desde o ano 2013 que os europeus convivem com a taxa de referência negativa. Esta tendência de taxa de juro negativa prevê-se negativa até final do próximo ano. Segundo as previsões do BCE, só em 2020 é que há forte possibilidade de as taxas passarem a positivas. A contribuir para esta manutenção de juros negativos tem estado a continuação da incerteza relativamente a uma guerra comercial a nível global, a instabilidade política em Itália, o arrefecimento da Economia na zona euro no início do ano de 2017 e o abrandamento da inflação. Estes fatores começaram a contribuir para que o BCE ponderasse adiar a primeira subida da taxa de juro de referência, além disso, a evolução das Euribor dependerá essencialmente da situação de excesso de liquidez do mercado, dado haver esse excesso de liquidez as Euribor estão ancoradas na taxa de depósito atualmente em (-0.4%) definida pelo BCE.

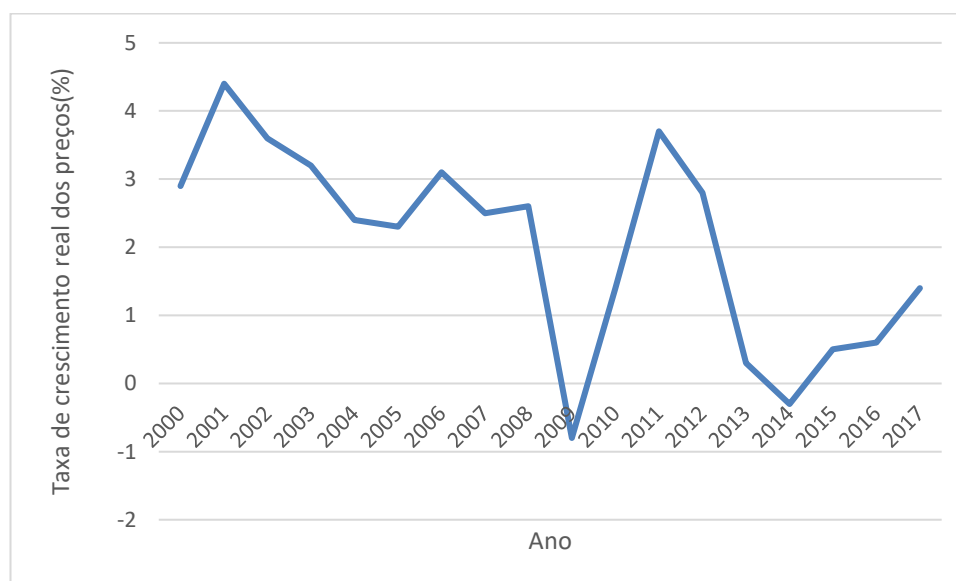
4.2.3 Taxa de inflação

Na nossa economia, o indicador mais utilizado para determinar o nível de inflação é o

IPC (índice preços no consumidor), que acompanha a variação dos preços “cabaz” de bens e serviços representativo das despesas das famílias portuguesas, incluindo os importados, que compõem um “cabaz” adquirido por “consumidor médio”. O índice preços no consumidor não é um indicador de níveis de preços, mas sim um indicador de síntese sobre a variação dos preços no consumidor.

A taxa de crescimento anual dos preços, segundo a figura 7 exhibe valores bastante elevados no período inicial da amostra, nomeadamente, no ano 2000 e 2001. Atualmente, o Banco Central Europeu assume o controlo da política monetária, tendo como principal objetivo a estabilidade dos preços num nível em que a taxa de inflação anual esteja num nível próximo, de 2% no médio prazo.

Figura 7 – Evolução da taxa de inflação em Portugal



Fonte: INE, Elaboração Própria

O objetivo da BCE foi conseguido até à crise financeira de 2008. Após esse período, existe uma grande instabilidade de financiamento o que conduz em 2009 a taxa para valores negativos. Pior que a inflação é a deflação, uma vez que, por um lado a subida de preços é aceitável por parte das empresas, pois o preço de venda no curto prazo é

menor afigurando-se num incentivo aos investidores. Por outro lado, quando ocorre deflação há uma tendência negativa relativamente ao preço de venda, que poderá não assegurar um retorno mínimo aos produtores que perante estas condições desfavoráveis se vão mostrar reticentes no que respeita a produzir bens e serviços. Neste sentido um cenário de deflação é mais grave do que a inflação. Em 2010 verificase uma relativa estabilidade da inflação comparando com os picos analisados anteriormente. Contudo, entre 2011 e 2014 a taxa de inflação sai de uma situação estável para uma situação muito instável pois atinge os 4% em 2011 que é o dobro do que fora estabelecido pelo BCE e em 2014 atinge, mais uma vez valores negativos. Desde então a taxa de inflação caminha para valores próximos dos pretendidos pelo Eurosystema.

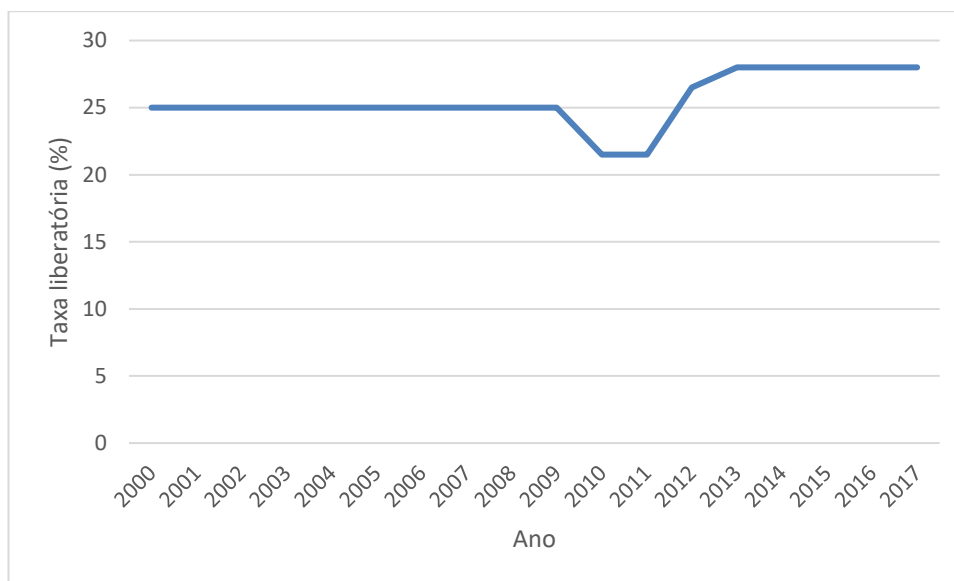
De sublinhar ainda que a política monetária do BCE passou a incluir, como objetivo secundário a busca do pleno emprego e o crescimento económico sustentado sem pôr em causa o seu objetivo primordial, que é a estabilidade dos preços. Segundo dados do Banco de Portugal prevê-se que o valor da taxa de inflação em 2019 seja de 1,6% e de 1,5% para o ano de 2020.

4.2.4 Taxa de Imposto

As taxas liberatórias em IRS são um exemplo das taxas especiais aplicadas aos rendimentos dos contribuintes. Estas taxas são aplicadas de forma definitiva no momento em que o rendimento é colocado à disposição do sujeito passivo, estão presentes no que refere a rendimentos dos proprietários de imóveis, a lucros associados a jogos, lucros de depósitos bancários ou recebidos em participações sociais, entre outros.

A evolução da taxa de imposto cobrada aos DP, na Figura 8 está representado o comportamento da taxa ao longo do período de amostra a estudar. Os valores estão expressos em percentagem e são referentes ao valor em vigor no artigo 71 do código do IRS, no dia 31 de dezembro de cada ano.

Figura 8 – Variação da taxa de imposto dos DP



Fonte: CIRS, Elaboração Própria

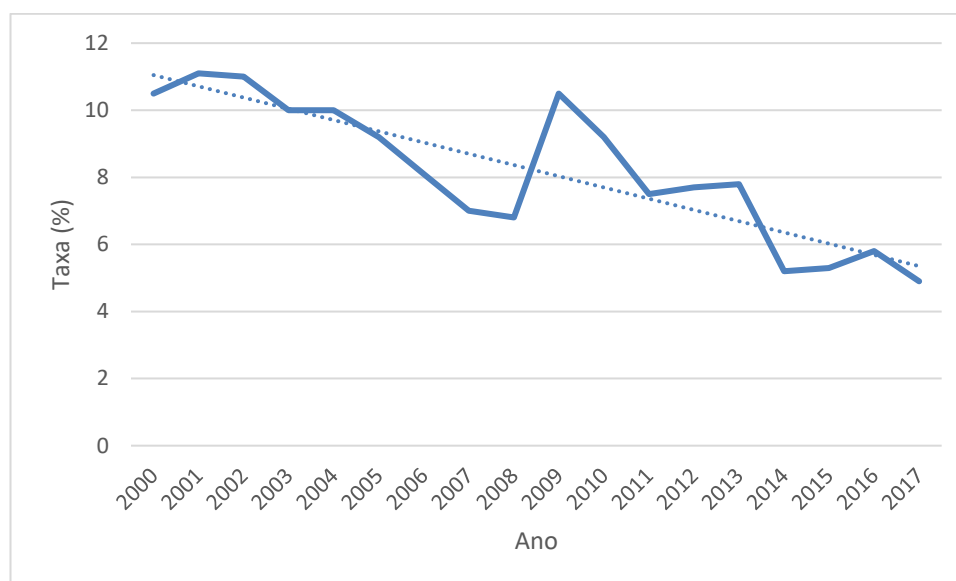
Todos os montantes aos quais tenha sido aplicada esta taxa, não precisam de ser adicionados na declaração de IRS, uma vez que o desconto é feito na altura através das próprias instituições financeiras.

Até ao ano de 2009, a taxa manteve-se inalterada nos 25%, porém desde então tem sofrido algumas alterações, atingindo o mínimo de 21.5% nos anos de 2010 e 2011. Atualmente e desde ano de 2013 o imposto praticado é de 28%.

4.2.5 Taxa de Poupança Bruta das Famílias em Portugal em percentagem do Rendimento Disponível

Para este estudo, considera-se a taxa de poupança bruta em percentagem do rendimento disponível, sendo a métrica mais utilizada em alguns estudos enunciados na revisão de literatura. Na Figura 9 é possível identificar uma tendência decrescente da poupança das famílias em Portugal.

Figura 9 - Taxa de Poupança Bruta das Famílias em Portugal percentagem do Rendimento Disponível



Fonte: INE, Elaboração Própria

A média da amostra situa-se nos 8,2%, valor suportado principalmente com as taxas mais elevadas de poupança registadas nos primeiros 5 anos da amostra, até ao ano de 2005. De outro modo, isolando os valores de 2000 até 2005, a média calculada ascende, aproximadamente, a 10% de poupança sobre o rendimento disponível, o que contrasta drasticamente com a média dos últimos 5 anos, que desce para 5,8%.

A linha de tendência introduzida na figura tem um declive de -00335, o que confirma o trajeto de queda com os valores máximo e mínimo da taxa de poupança a registarem-se em 2001 (11,1%) e em 2017 (4,9%), respetivamente.

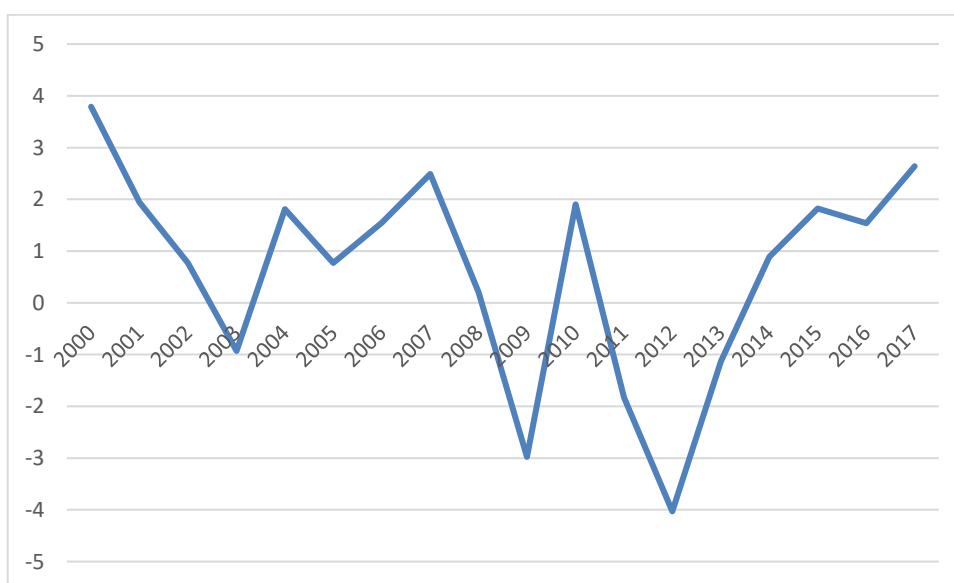
A justificação para esta tendência minguante prende-se na queda das taxas de juro e da diminuição da taxa de inflação da economia, consequentes da convergência nominal para o euro. Em paralelo, este período é referenciado pela liberalização do mercado do crédito, que teve resultados positivos no alargamento das oportunidades de consumo.

Por fim, é importante analisar o comportamento da taxa de poupança das famílias na sequência da crise financeira, desencadeada em 2007. No contexto de recessão económica generalizada e com elevados indicadores de incerteza, a taxa de poupança das famílias em Portugal aumentou no ano de 2009. Este aumento da taxa de poupança sugere que, perante situações de grande instabilidade económica, as famílias tendem a readaptar o seu consumo, poupando por motivos de precaução.

4.2.6 Taxa de Crescimento real do PIB

Entende-se por PIB (Produto Interno Bruto) a soma de todos os bens e serviços finais produzidos num determinado país, durante um determinado período de tempo, que normalmente é um ano. O PIB pode ser calculado de duas formas, PIB nominal ou PIB real. O PIB nominal é calculado a preços correntes, isto é, tendo em conta os preços do ano em que o produto foi produzido e comercializado. O PIB real é calculado a preços constantes, portanto, tem em conta os preços de um ano base, eliminado assim o efeito da inflação. Neste estudo (figura 10) utilizamos a taxa de crescimento real do PIB, de forma a eliminar a distorção que produz a variação dos preços e por este nos indicar efetivamente quando cresce ou diminui uma economia.

Figura 10 – Evolução da taxa de crescimento real do PIB



Fonte: INE, Elaboração Própria

Na Figura 10 é analisado o PIB em termos de taxa de crescimento e não em valores absolutos. Durante o período da amostra, em Portugal a maior taxa de crescimento registou-se em 2000 com o valor de 3,77%. Desde então e até ao ano de 2003 a valor da taxa foi decrescendo até se registarem taxas negativas nesse último ano (-0.93%). O ano de 2009, logo a seguir à crise económica e financeira, é o segundo maior ano onde se verifica uma queda na taxa de crescimento do PIB, na ordem dos 3%, passando de 0.2% para -2.98%.

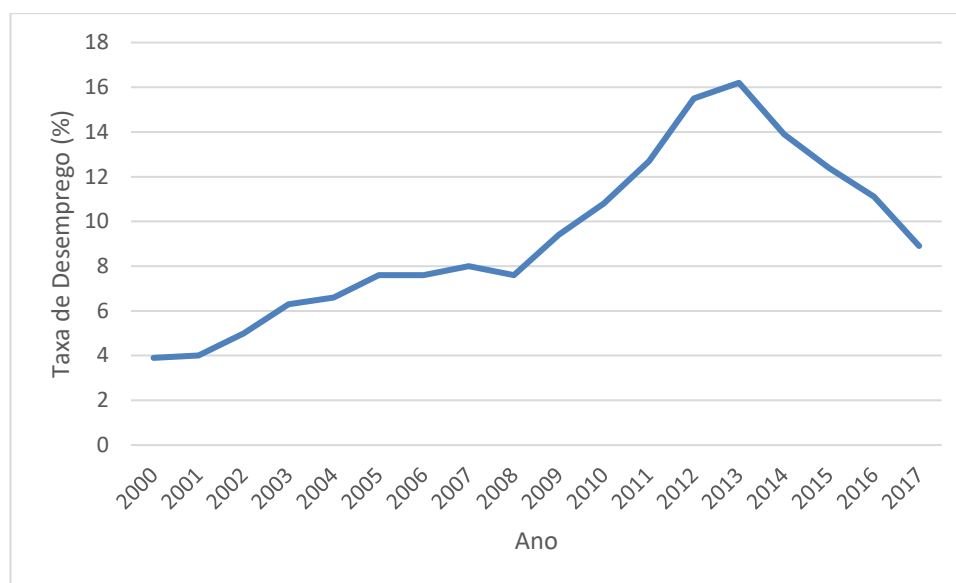
No período compreendido entre 2011 e 2013, Portugal continuou a não conseguir reagir aos efeitos da crise e apresenta crescimento negativo, período que coincidiu com a intervenção da Troika. Desde 2014 têm se verificado taxas positivas, tendo a economia portuguesa, em 2017, crescido mais do que o conjunto dos países da Zona Euro (2,60% versus 2,40%), algo que já não ocorria desde 1999, beneficiando do fortalecimento da procura interna e do desempenho favorável das exportações associado ao bom momento económico dos principais parceiros comerciais.

4.2.7 Taxa de desemprego

Na Figura 11 encontra-se representada graficamente, a evolução da taxa de desemprego no período da amostra. A taxa de desemprego permite definir a relação entre a população desempregada e a população ativa (que corresponde à soma da população empregada com a população desempregada).

O desemprego é influenciado por políticas orçamentais e políticas monetárias. Na Figura 11, é possível se observar que partindo do valor mais baixo no ano 2000 (3,9%), a taxa de desemprego atingiu o valor máximo em 2013 (16,3%). As recentes crises são o principal fator para esta evolução.

Figura 11 – Evolução da taxa de desemprego em Portugal



Fonte: INE, Elaboração Própria

A taxa de desemprego exibiu uma tendência de subida, agravada pelos efeitos da crise de 2008. Apenas em 2013 a taxa de desemprego contraria a tendência de subida. A taxa de desemprego nacional registou uma das descidas mais acentuadas entre os países da Europa, situando-se no final de 2017 perto dos 8,9% (11,0% em 2016).

4.3 O modelo

Para responder à questão principal deste estudo “Determinantes dos Depósitos a Prazo: Estudo de caso para a CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro”, existem diversos fatores referenciados pela revisão bibliográfica como determinantes. Para realizarmos a análise empírica deste estudo, primeiro consideramos um modelo estocástico com base na amostra recolhida.

Para tal, e inspirado no modelo utilizado por Trindade (2014), recorreremos ao modelo dos Mínimos Quadrados (OLS). O período da análise está compreendido entre 2000 e 2017 e são usados dados com frequência anual.

Para a construção do modelo econométrico partiu-se da teoria dos seus determinantes conforme detalhado no capítulo 2, em que os depósitos podem ser determinados pelo seguinte modelo estocástico:

$$Dep_i = \beta_0 + \beta_1 pbf_i + \beta_2 txd_i + \beta_3 inf_i + \beta_4 eur_i + \beta_5 emp_i + \beta_6 imp_i + \beta_7 pib_i + \varepsilon_i,$$

em que ε_i representa um distúrbio aleatório.

A variável dependente (Dep_i), que expressa o valor dos depósitos a prazo.

As variáveis independentes são:

(pbf_i), a taxa de poupança bruta das famílias (em percentagem do rendimento disponível);

(txd_i), a taxa de desemprego;

(inf_i), a taxa de inflação ;

(eur_i), a taxa de Euribor a 12 meses;

(emp_i), o valor dos empréstimos concedidos;

(imp_i), a taxa liberatória;

(pib_i), a taxa de crescimento real do PIB;

Na Tabela 5 estão indicadas as fontes de dados das séries temporais usadas. Os dados foram obtidos a partir do INE, das demonstrações Financeiras da caixa, e do CIRS.

Tabela 5 - Origem das variáveis

Variável		Fonte
Dep_i	Total de Depósitos a prazo	<i>Demonstrações Financeiras da CCAM Vila Verde e Terras de Bouro</i>
$pbfi_i$	Taxa de poupança das famílias em % do rendimento disponível (%)	INE
pib_i	Taxa de crescimento real do PIB (%)	INE
inf_i	Índice de Preços do Consumidor, taxa de crescimento anual (%)	INE
emp_i	Total de Crédito Concedido	<i>Demonstrações Financeiras da CCAM Vila Verde e Terras de Bouro</i>
txd_i	Taxa de desemprego (%)	INE
imp_i	Taxa Liberatória (%)	<i>Artigo nº 71 do Cirs</i>
eur_i	Taxa Euribor (12 meses) (%)	INE

Fonte: Elaboração própria

O INE dispõe de informação sobre o panorama macroeconómico nacional, sendo todas as variáveis macroeconómicas obtidas através do mesmo. O código do IRS no artigo 71 informa acerca do valor da taxa liberatória aplicada aos DP e, portanto, foi utilizado para retirar o valor da taxa no dia 31 de dezembro ao longo de cada ano da amostra em estudo. O valor dos empréstimos concedidos foi retirado das demonstrações financeiras da CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro.

1.5 Estatísticas descritivas

A tabela 6 expõe as estatísticas descritivas das variáveis explicativas, que foram estudadas consoante a revisão bibliográfica, tendo a expectativa que apresentem um poder explicativo significativo. A mesma tabela inclui a designação das variáveis utilizadas no modelo, a estatística de base de cada variável, os sinais esperados e o número de observações.

Tabela 6 - Estatísticas Descritivas e Sinais Esperados

	<i>Média</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Sinais Esperados</i>	<i>N</i>
<i>Dep_i</i>	49046430,440	16345607	77648839	23995295,577	18
<i>pbfi</i>	0.082	0.049	0.111	0.028	+	18
<i>txd_i</i>	0.093	0.039	0.162	0.037	+/-	18
<i>inf_i</i>	0.020	-0.008	0.044	0.148	+/-	18
<i>eur_i</i>	0.0201	-0.0008	0.0475	0.016	+	18
<i>emp_i</i>	44354781,778	10134135	82494740	26020281,508	+	18
<i>imp_i</i>	0,255	0.28	0.215	0.0198	-	18
<i>pib_i</i>	0,006	0,0379	-0,0403	0,037	+/-	18

Fonte: Elaboração própria

Analisando aos sinais esperados dos coeficientes do modelo segundo a revisão bibliográfica, espera-se uma variação significativa nos níveis de poupança bruta das famílias em % do rendimento disponível no mesmo sentido dos depósitos a prazo (esperando-se por isso uma correlação positiva). De seguida, a taxa de desemprego pode assumir uma correlação positiva ou negativa, negativa derivado do seu impacto no rendimento das famílias e positiva porque níveis elevados de taxa de desemprego estão associados a elevada incerteza económica e por conseguinte os agentes tendem a poupar por precaução. O mesmo resultado se espera da taxa de inflação e da taxa de

crescimento real do PIB. A inflação é uma medida de estabilidade económica e, por isso, elevados níveis de inflação promovem a poupança por precaução, porém, a expectativa de aumento da taxa de inflação pode promover o consumo presente, principalmente de bens duradouros limitando assim a poupança. A taxa de crescimento real do PIB pode ter uma correlação positiva com os depósitos a prazo, por via da sua associação à atividade económica. Uma economia mais “rica” pode conduzir a um nível superior de poupança. Porém, é possível que esta variável apresente um valor negativo, promovido sobretudo pelo motivo de precaução. A taxa de juro estudada através da Euribor a 12 meses, apresenta um sinal positivo, uma vez que quanto maior a taxa de juro maior será o montante que os agentes económicos deixam de parte para obterem um consumo superior no futuro. O crédito concedido, apresenta uma correlação positiva, pois no contexto bancário quanto mais depósitos o banco arrecadar, mais disponível estará para emprestar fundos, originando, portanto, uma maior rentabilidade através das operações de intermediação.

Para evitar problemas de multicolineariedade¹, foram verificados e controlados os coeficientes de correlação entre as variáveis e foram excluídas as variáveis que exibiram valores mais elevados. Assim sendo, do modelo foi retirada a Euribor a 12 meses, que apresenta um elevado coeficiente de correlação com a taxa de desemprego e com o crédito concedido; o crédito concedido também foi retirado do modelo, pois apresenta um elevado coeficiente de correlação com a taxa de poupança bruta das famílias em % do rendimento disponível.

A variável Dep_i está em unidades quando todas as outras estão em percentagem. É notório na tabela 6, onde estão apresentados os valores mínimos e máximos que as variáveis assumem valores demasiados elevados quando comparados com outras variáveis. Se for realizada a regressão sem o logaritmo natural poderá haver diferença de valores, enviesando o modelo. Assim, foi implementado o logaritmo natural à variável, pelo que passamos a ter o seguinte modelo:

¹ Ver Tabela A em Anexo

$$LNDep_i = \beta_0 + \beta_1 pbf_i + \beta_2 txd_i + \beta_3 inf_i + \beta_4 imp_i + \beta_5 pib_i + \varepsilon_i,$$

O método dos mínimos quadrados (OLS) genericamente descreve Y como a variável dependente (ou explicada), e $X_1, X_2, X_3, \dots, X_n$ como variáveis independentes (ou explicativas). A variável ε_i constitui o termo de erro ou o termo de perturbação. A inclusão da mesma é de relevância por representar todos outros fatores não observáveis, determinantes excluídos, erros de medida, ou outras influências aleatórias que não possam ser modelizadas. Os $\beta_1, \beta_2, \beta_3, \dots, \beta_n$ são os parâmetros desconhecidos que pretendemos estimar. De acordo com o OLS os quadrados dos resíduos (μ^2) são minimizados, com a finalidade de encontrar as estimativas dos parâmetros $\beta_1, \beta_2, \beta_3, \dots, \beta_n$, com o objetivo de ajustar os dados disponíveis a uma reta e adicionalmente garantir a centricidade dos mesmos $E(\beta) = \beta$, assegurando assim a maior eficiência e uma variância mínima.

O Modelo OLS do modelo linear clássico assume algumas propriedades numéricas, assume que a linha de regressão passa nas médias amostrais das variáveis dependente e independentes, ou seja, a média prevista da variável dependente é igual à média amostral da mesma, ou seja, $\frac{\sum_{t=1}^T \hat{y}_t}{T} = \bar{y}$.

Assume também que a média dos erros previstos é igual a zero, ou seja $\sum_{t=1}^T \hat{u}_t = 0$; e que estes não estão correlacionados nem com os valores previstos da variável independente nem com os valores amostrais das variáveis independentes, $\sum_{t=1}^T \hat{u}_t \hat{y}_t = 0$

Este modelo assenta também em cinco hipóteses relativas ao termo de erro assumindo que estes têm média zero, ($\sum \hat{u}_t = 0$); a sua variância é constante e finita para todos os valores das variáveis independentes ($Var_{(ut)} = \sigma^2 < \infty$). Os erros são estatisticamente independentes, ($Cov_{(ut, ut_j)} = 0, j \neq 0$) não se verificando relação entre o erro e as restantes variáveis do modelo, ($Cov_{(ut, xt)} = 0$). (As variáveis independentes são não estocásticas ou fixas em amostras repetidas). Por fim assume

que os erros estão normalmente distribuídos.

Se os estimadores cumprirem as propriedades mencionadas anteriormente designam-se por BLUE (Best Linear Unviesed Estimador)

Neste modelo OLS irá ser testado a significância individual das variáveis independentes, assim como a sua significância conjunta, é avaliada também a bondade de ajustamento do modelo, assim como se existe Multicolneariedade e Heteroscedasticidade e, por último, averigua-se se o modelo tem boa especificação ou não. Posteriormente será realizada a análise do modelo estimado, no qual se vai observar se o sinal esperado dos coeficientes vai de encontro com o que foi estimado, e quais as variáveis que mais impacto têm nos DP da CCAM Vila Verde e Terras de Bouro.

Antes de ser realizada a estimação das regressões deveremos primeiro testar se a base de dados é adequada. Segundo Siegel (1956), pela hipótese nula do teste Kolmogorov-Smirnov espera-se que as diferenças entre a distribuição de frequência acumulada de uma amostra aleatória de N observações, sejam pequenas e estejam entre dos limites de erros aleatórios. A aplicação do teste de normalidade a partir da prova de Kolmogorov- Smirnov foi feita a um nível de confiança de 95% (=5%). Considerando-se *dif_LNDep*, estabelecida no modelo, as hipóteses do teste são:

H0: *dif_LN Dep.* segue uma distribuição normal

H1: *dif_LN Dep.* não segue uma distribuição normal

Os resultados obtidos por esse teste são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7 – Teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov

	Kolmogorov-Smirnov		
<i>LN(Dep)</i>	<i>Estatística</i>	<i>df</i>	<i>Significância</i>
	<i>0.197</i>	<i>18</i>	<i>0.063</i>

Fonte: SPSS, Elaboração própria

Analisando os resultados, observa-se que não se pode excluir a hipótese nula, logo a variável *LN Dep* segue uma distribuição normal a um nível de significância de 5% para o teste bicaudal, dado que o p-valor para esse teste é de 0,063.

Vamos observar se existe multicolinearidade, recorrendo ao teste de fator de inflação da variância (VIF). Se este teste apresenta valores superiores a 5, significa que existe multicolinearidade nas variáveis. Esta acontece quando existe uma relação linear, exata ou imperfeita, entre as variáveis independentes. Na Tabela B2 em anexo encontra-se o VIF do modelo e é possível concluir que o modelo não apresenta multicolinearidade, como era de esperar pelas baixas correlações entre as variáveis explicativas.

Depois de concluir que não existe multicolinearidade, é possível realizar o teste da heteroscedasticidade, para perceber se a variância do erro é constante ao longo da amostra estudada. Foi realizado teste White³ e Breusch-Pagan⁴ no Gretl, de forma a ser testada a hipótese nula, ou seja, perceber se existe homocedasticidade. Os resultados rejeitam esta hipótese o que se conclui que existe heteroscedasticidade. Desta forma deve ser feita a correção da heteroscedasticidade utilizando a correção robusta de White, ou seja, deve ser realizada a regressão robusta de White para se proceder à

² Ver Tabela B em anexo

³ Ver Tabela C em anexo

⁴ Ver Tabela C em anexo

análise pretendida.

O último teste a ser realizado foi o teste de RESET⁵ de Ramsey, que indica se existem erros de especificação. Se o coeficiente de determinação for muito baixo ou muito alto, pode existir erros de especificação. Feito este teste, no Gretl, verifica-se a hipótese nula, ou seja, não existem variáveis omitidas.

⁵ Ver Tabela D em anexo

5. Resultados

Como referido na secção anterior foi elaborada uma regressão robusta de White, pelo que de seguida na tabela 8, serão analisados e comentados os resultados obtidos.

Tabela 8 – Resultados da estimação

	Coeficiente	Desvio padrão	T	$p > t$
Constante	20.572	0.737	27.92	0.000***
Txd	0,059	0,021	2.808	0.016**
Pib	-0.046	0,032	-1.418	0.1815
Pbf	-0,164	0.028	-5.894	0.000***
Inf	-0,111	0,042	-2.651	0.021**
Imp	-0,077	0,022	-3,439	0.005***
R^2 ajustado= 0.90				
N= 18				

Estatísticas t entre parênteses. ***, **, * Significativo a 1%, 5%, e a 10% respetivamente.

Os resultados indicam que o modelo se apresenta globalmente significativo, e, à exceção da taxa de crescimento real do PIB todas as variáveis se revelam também significativas para um nível de significância de 5%. O valor do coeficiente de determinação permite concluir a sua elevada capacidade explicativa, significando assim que as variações dos depósitos a prazo da CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro, são explicadas pelo conjunto de variáveis independentes em cerca de 90%.

Segundo os resultados obtidos, a variável taxa de poupança bruta das famílias em Portugal percentagem do rendimento disponível não apresenta o sinal esperado, a variável surge com um sinal negativo. Este resultado sugere que os DP aumentam perante uma diminuição da taxa de poupança das famílias em percentagem do

rendimento disponível. Este fenómeno pode ser explicado pelo ambiente social e económico na área de influência desta Caixa Agrícola. Os concelhos de concelhos de Terras de Bouro e Vila Verde são localidades menos cosmopolitas, e por norma, a população de locais afastados de centros urbanos tende a poupar mais do que nas áreas urbanas porque o acesso a financiamento e a bens de consumo é mais limitada e também pelo facto de que o risco de rendimento ser superior. Este resultado também sugere que a instabilidade vivida no sistema financeiro no período analisado, tornou a CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro devido à solidez demonstrada num “banco de refúgio” para a população que apesar do nível de poupança nacional ter diminuído, fez aumentar os DP desta Caixa.

A taxa inflação apresenta uma relação negativa com os DP. Este dado sugere que em situações de deflação os consumidores adiam de decisões de consumo, aumentando assim o seu nível de poupança. Os clientes particulares rescindem de investir, principalmente em bens não essenciais pois existe a perspetiva que o preço dos mesmos venha a diminuir no futuro. Por sua vez, os empresários perante uma descida continua e generalizada dos preços optam por cortar no investimento uma vez que poderão não obter retorno no futuro.

Relativamente à taxa de desemprego os resultados sugerem que, em média e mantendo tudo o resto constante, o aumento de 1% da taxa de desemprego provoca um aumento de 0,059%⁶ os DP desta caixa. O principal motivo apontado é a precaução, visto que, em alturas de crise e incerteza económica, o aumento da taxa de desemprego promove uma queda no rendimento das famílias. Assim, de forma a ajustar aos novos níveis de rendimento as famílias diminuem o nível de consumo e adiam as decisões de investimento, promovendo um aumento da poupança. Os empresários neste contexto, tendem a adiar as decisões de investimento de forma a se ajustarem aos novos níveis de poupança instalados.

⁶ $\frac{\partial \text{LN Dep}_i}{\partial \text{txd}_i} = 0,059\%$

Conforme esperado, a taxa de imposto que incide nos juros dos depósitos a prazo apresenta uma relação negativa. No momento do pagamento dos juros, a instituição de crédito retém o valor do imposto, ou seja, os juros que o depositante recebe são líquidos de imposto. Os resultados indicam que, em média e mantendo tudo o resto constante, nesta caixa um aumento de 1% na taxa liberatória diminuem os DP em 0.077%⁷. Quanto maior a taxa, menor será o valor que efetivamente será creditado na conta de cada cliente, pelo que, este é um aspeto importante no momento em que é celebrado um contrato de depósito a prazo.

Por fim, os resultados sugerem ainda que a taxa de crescimento real do PIB não tem relevância para a explicação dos depósitos a prazo da CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro. Muito embora o crescimento económico do país possa criar um clima propício à atividade bancária, a particularidade das Caixas Agrícolas e da população agrícola em geral poderá contribuir para alguma divergência nos resultados esperados. Como foi dito, esta Caixa goza de particularidades quanto à sua localização, ao seu mercado e quanto à forma de operar no mesmo, pelo que as conclusões retiradas neste estudo não devem ser generalizadas para todo o setor da banca.

⁷ $\frac{\partial \text{LN Dep}_i}{\partial \text{imp}_i} = -0,077\%$

6. Conclusão

Identificando o importante papel que os depósitos a prazo apresentam na taxa de poupança a nível nacional, e por sua vez, o papel importante da poupança no funcionamento normal na economia nacional, este estudo procurou compreender os determinantes dos depósitos a prazo da CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro. Esta Caixa, bem como o grupo de Crédito Agrícola, pertence ao setor cooperativo, pelo que, tem uma forma diferente de atuar no mercado. O grupo prima pela proximidade, não visa a maximização do lucro, por isso, é um setor muito avesso a comercializar produtos financeiros especulativos de alto risco. A par disto, a caixa estudada atua somente no concelho de Vila Verde e no de Terras de Bouro, ambos do distrito de Braga e goza de uma boa imagem no mercado onde atua, resultante da solidez financeira que detém. Pelo que foi indicado ao longo deste estudo, as conclusões retiradas não devem ser generalizadas para o setor da banca a nível nacional ou internacional.

Foram estudados os principais determinantes dos Depósitos a prazo da CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro e os resultados sugerem que os DP tendem a aumentar perante um aumento da taxa de desemprego. Este crescimento dos depósitos a prazo encontra-se associado a motivos de precaução. O desemprego apresenta-se assim como indicador da instabilidade do rendimento, uma vez que em clima de incerteza económica os agentes económicos mudam as suas escolhas de consumo, privilegiando a poupança e adiando o investimento.

Este estudo também sugere que os DP aumentam perante uma diminuição da taxa de poupança das famílias em percentagem do rendimento disponível, a população de locais afastados de centros urbanos tende a poupar mais do que nas áreas urbanas porque o acesso a financiamento e a bens de consumo é mais limitada e também pelo facto de que o risco de rendimento ser superior. Este resultado também sugere a CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro tem vindo a ganhar a confiança do seu mercado graças à postura de proximidade e devido à solidez demonstrada ao longo do tempo.

O nível de inflação pode ser um indicador de incerteza macroeconómica, uma vez que os resultados indicam que em perante uma diminuição da taxa de inflação os clientes desta caixa adiam de decisões de consumo, aumentando assim o seu nível de poupança.

Este estudo conclui também que os clientes olham para taxa de imposto no momento em que celebram um DP. A taxa liberatória tem um impacto negativo na canalização da poupança para os depósitos a prazo.

Registam-se algumas limitações neste estudo. Ora, como a decisão económica é efetuada num contexto de grande incerteza, as procuras de produtos de menor risco deveriam ser consideradas. Porém, tal não nos foi possível analisar por falta de dados que o possibilitem. Este estudo contribui para a compreensão da evolução dos DP na CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro. Deste modo, numa investigação futura, seria interessante realizar uma análise numa abordagem mais ampla ao grupo, obtendo assim uma perspetiva mais geral do Banco. Uma outra sugestão seria aplicar o mesmo estudo ao setor nacional, na tentativa de encontrar pontos comuns com os desta Caixa Agrícola e traçar um quadro geral da evolução dos DP a nível nacional.

7. Referências

Annibal, Clodoaldo Aparecido (2012) "Determinantes da capitação líquida dos depósitos de poupança". Working Papers Series 301, Central Bank of Brazil, Research Department.

Attanasio, O., e Browning, M. (1995). "Consumption over the life cycle and over the business cycle". *American Economic Review*, 85 (5): 1118-1137.

Beck, T., Degryse, H., Haas, R., & Horen, N. (2014). When arm's length is too far Relationship banking over the business cycle. Bank of Finland, BOFIT.

Bersales, L., e Mapa, D. (2006). "Patterns and Determinants of Household Saving In the Philippines". USAID/Philippines OEDG.

Callen, T., e Thimann, C. (1997). "Empirical Determinants of Household Saving: Evidence from OECD Countries". IMF.

Chowdhury, A. (2004). "Private savings in transition economies: are there terms of trade shocks?" *Comparative Economic Studies*, 46 (4): 487–514.

Cohn, A., e Kolluri, B. (2003). "Determinants of Household Saving in the G-7 Countries: Recent Evidence". *Applied Economics*, 35 (10): 1199-1208.

Edwards, S. (1996). "Why are Latin America's savings rates so low? An international comparative analysis". *Journal of Development Economics*, 51 (1): 5–44.

Engen, E. (1993). "Consumption and Saving in a life-Cycle Model with Stochastic Earnings and Mortality Risk". UCLA.

Feldstein, (2010). "Inflation or Deflation". Harvard University

Frömmel, Michael and Schmidt, Torsten, 2006. Bank Lending and Asset Prices in the Euro Area.

Holmes, M. (2005). "What do Savings-Investment Correlations tell us about the International Capital Mobility of Less Developed Countries?", *Journal of Economic Integration*, 20 (3): 590-603.

Kim, M. H. (2010). "The Determinants Of Personal Savings In The U.S". *The Journal Of Applied Business Research*, 26 (5): 34-44.

Klopocka, Aneta Maria. (2013). "Analele Universității Constantin Brâncuși din Târgu Jiu". *Seria Economie*, Vol 6, Iss 6, Pp 13-20

Kolasa, A., e Liberda, B. (2014). "Determinants of saving in Poland: Are they

different than in other OECD countries?". University of Warsaw.

Kukk, M., e Staehr, K. (2015). "Macroeconomic Factors in Corporate and Household Saving". Working Paper Series 5/2015.

Lawrence, E. (1991). "Poverty and the Rate of Time Preference: Evidence From Panel Data". *Journal of Political Economy*, 99 (1): 54-77.

Leitão, J. L., Resende, M. A., & Morais, J. A. (1996). *Produtos bancários e financeiros : descrição, enquadramento jurídico e fiscal / José Luís Leitão, Jorge Alves Morais, Maria Adelaide Resende (1o ed.)*. Mem Martins: Publicações Europa-Améria.

Loayza, N., Schmidt-Hebbel, K., e Serven, L. (2000). "What Drives Private Saving Across the World". *The Review of Economics and Statistics*, 82 (2): 165-181.

Pelgrin, F, and Serres A. (2002): *The decline in private saving rates in the 1990s in OECD countries: how much can be explained by non-wealth determinants?* OECD Economics Department Working Papers, No. 344.

Pereira, Alfredo (1984) "A influência da inflação num depósito a prazo". Fundação Getúlio Vargas, São Paulo

Prior, Filipe. (2012). *Determinantes da oferta de crédito Bancário – Caso Português*. Departamento de economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

Qian, Y. (1998). "Urban and Rural Household Saving in China". Palgrave Macmillan Journals on behalf of the International Monetary Fund.

Ramirez, Carlos D. (2011) "The effect of banking crises on deposit growth: State-level evidence from 1900 to 1930 *Business History*, 53:2, 270-287.

Sandoval-Hernández, J. (2013). "Household Saving Behavior in Mexico: Evidence from Cross Sectional Analysis and Synthetic Panels". Charleston, United States: College of Charleston.

Siegel, S. *Nonparametric statistics for the behavioral sciences*. New York: McGraw-Hill, 1956

Smith, Clive (2011) "Term Deposits - Have they had their day?". *Russel Investments*

Solmon, L. (1975). "The Relation between Schooling and Savings Behavior: An Example of the Indirect Effects of Education". Em T. Juster, *Education, Income, and*

Human Behavior (pp. 253-294). NBER.

Trindade, Diedney (2014) “Depósitos a prazo em Portugal: Evolução Recente e Determinantes”. Instituto Universitário de Lisboa

Bibliografia digital:

<https://economiafinancas.com/wp-content/uploads/2017/03/CIRS-2017.pdf>

<https://www.bportugal.pt>

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/documentos-relacionados/ft1290_d180409_h153457-1290-cai-201712-cai_0.pdf

<https://www.creditoagricola.pt>

<https://www.fgd.pt>

<https://www.ine.pt>

Anexos

Tabela A – Correlações de Pearson entre as variáveis dependentes

	pbf_i	txd_i	inf_i	eur_i	emp_i	imp_i	piB
pbf_i	1,00						
txd_i	-0,606**	1,00					
inf_i	0,455	-0,465*	1,00				
eur_i	0,545*	-0,726***	0,654**	1,00			
emp_i	-0,776***	-0,880***	-0,637**	0,722***	1,00		
imp_i	-0,539*	0,319	-0,512*	-0,518**	0,303	1,00	
piB	-0,84	-0,527*	0,118	0,354	-0,359	0,073	1,00

Reporta-se o coeficiente de correlação. Estatísticas *t* entre parênteses.

***, **, * Significativo a 1%, 5%, e a 10% respetivamente.

Fonte: SPSS, Elaboração própria

Tabela B - Teste de Fator de Inflação da Variância (VIF)

Variável	VIF
Constante	
Txd	4.182
Pib	2.241
Pbf	2.884
Inf	1.862
Imp	1.673

Fonte: Gretl, Elaboração Própria

Tabela C – Teste de White e teste de Breusch-Pagan

Prazo	Teste White	Teste Breusch-Pagan
Curto prazo	chi2(10) = 5.997685 Prob > chi2 = 0.815458	chi2(5) = 1.8439.7 Prob > chi2 = 0.87029 4

Fonte: Gretl, Elaboração própria

Tabela D – Teste de reset de Ramsey

Prazo	Teste RESET de Ramsey
Apenas quadrados	F(2,10)= 0,06629 Prob > F =0,802
Apenas cubos	F(3, 28) = 0,049858 Prob > F = 0,827

Fonte: Gretl, Elaboração própria